



ANAIIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 043

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE MAIO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS

Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI

1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS

3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI

1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI

2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER

3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI

4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Elio Rusch
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Partido Democratas	Plauto Miró
PT	Péricles de Mello
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN	Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV	Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR	Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribis Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 043

40ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios 04

Indicações 05

Requerimentos 10

Projetos de Lei 13

Pequeno Expediente:

Dep. Professor Lemos 18

Dep. Ney Leprevost 19

Dep. Antonio Belinati 20

Dep. Péricles de Mello 21

Dep. Ademar Traiano 24

Dep. Augustinho Zucchi 24

Grande Expediente:

Sr. Natálio Stica 33

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 22

Liderança do PSB

Dep. Reni Pereira 26

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi 26

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 27

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 29

Discussão/Votação

Discussão Única - Proposição ... 30

1ª Discussão 45

2ª Discussão 45

3ª Discussão 45

Requerimentos 46

Encerramento da Sessão: 47

Publicação:

Presidência

Indicações Legislativas 48

Publicações Administrativas:

Minutas de Contrato 52

Aditivo de Contrato 53

Pregão Eletrônico 53

DIÁRIO Nº 043

40ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
05 MAIO DE 2009**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pela Sra. Deputada Beti Pavin e pelo Sr. Deputado Dr. Batista.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Cleiton Kielse, Chico Noroeste,

Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (48).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Fernando Scanavaca, Osmar Bertoldi (05).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Fábio Camargo (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM N° 021/09

Curitiba, 29/04/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o inclusivo anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Coronel Vivida, de imóvel constituído pelos lotes n°s 08 e 09 da quadra 01, que somam 928 m2, naquela Cidade, sob as Matrículas n°s 6918 e 6919, do Registro de Imóveis da Comarca de Coronel Vivida.

A medida ora proposta consulta aos interesses públicos eis que o referido imóvel será utilizado, exclusivamente, para funcionamento de Serviços Públicos Municipais, retornando ao patrimônio do Estado caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Consta, no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivo expresso no sentido de que tal doação ficará gravada com cláusula de inalienabilidade, em toda ou em parte.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reiteiro a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Coronel Vivida, de imóvel constituído pelos lotes n°s 08 e 09 da quadra 01, que somam 928 m2, naquela Cidade, sob as Matrículas n°s 6918 e 6919, do Registro de Imóveis da Comarca de Coronel Vivida.

Art. 2º. O imóvel em questão será utilizado, exclusivamente, para funcionamento de Serviços Públicos Municipais, retornando ao patrimônio do Estado caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Art. 3º. A presente doação fica gravada com cláusula de inalienabilidade, em toda ou em parte.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 022/09

Curitiba, 29/04/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o inclusivo anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Pato Branco, dos lotes n°s 07, 08, 09 e 10 da quadra 076, localizados na rua Tocantins naquela Cidade, sob as Matrículas n°s 13646, 13647, 13649, do Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco.

A medida ora proposta consulta aos interesses públicos eis que o referido imóvel será utilizado, exclusivamente, para funcionamento de Serviços Públicos Municipais, retornando ao patrimônio do Estado caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Consta, no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivo expresso no sentido de que tal doação ficará gravada com cláusula de inalienabilidade, em toda ou em parte.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reiteiro a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Pato Branco, dos lotes urbanos n°s 07, 08, 09 e 10 da quadra 076, localizados na rua Tocantins naquela Cidade, sob as Matrículas n°s 13646, 13647, 13648 e 13649, do Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco.

Art. 2º. O imóvel em questão será utilizado, exclusivamente, para funcionamento de Serviços Públicos Municipais, retornando ao patrimônio do Estado caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Art. 3º. A presente doação fica gravada com cláusula de inalienabilidade, em toda ou em parte.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 023/09

Curitiba, 29/04/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o inclusivo anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Loanda, de imóvel constituído pelos lotes 1 ao 16 da quadra 327, com área de 15 mil e 372 m2, naquela Cidade, sob Transcrição n° 10758, do Registro de Imóveis da Comarca de Loanda.

A medida ora proposta consulta aos interesses públicos eis que o referido imóvel será utilizado, exclusivamente, para funcionamento de Serviços Públicos Municipais, retornando ao patrimônio do Estado caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Consta, no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivo expresso no sentido de que tal doação ficará gravada com cláusula de inalienabilidade, em toda ou em parte.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reiteiro a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Loanda, de imóvel constituído pelos lotes 1 ao 16 da quadra 327, com área de 15 mil e 372 m2, naquela Cidade, sob Transcrição n° 10758, do Registro de Imóveis da Comarca de Loanda.

Art. 2º. O imóvel em questão será utilizado, exclusivamente, para funcionamento de Serviços Públicos Municipais, retornando ao patrimônio do Estado caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Art. 3º. A presente doação fica gravada com cláusula de inalienabilidade, em toda ou em parte.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 024/09

Curitiba, 29/04/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o inclusivo anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo, por meio do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, a efetuar a doação, ao Município de Nova Aurora, de área com 2 mil e 547 m2, parte de área maior denominada Lote n° 90-A-1, Gleba 09, Colônia Pindorama, Matrícula n°s 15306, do Registro de Imóveis da Comarca de Formosa do Oeste.

A medida ora proposta consulta aos interesses públicos eis que o referido imóvel será utilizado, exclusivamente, para instalação de empresas.

Consta, no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivo expresso no sentido de que tal doação ficará gravada com cláusula de inalienabilidade.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reiteiro a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo, por meio do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, autorizado a efetuar a doação, ao Município de Nova Aurora, de área com 2 mil e 547 m2, parte de área maior denominada Lote n° 90-A-1, Gleba 09, Colônia Pindorama, Matrícula n° 15306, do Registro de Imóveis da Comarca de Formosa do Oeste.

Art. 2º. O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de impenhorabilidade e de inalienabilidade, terá sua subdivisão devidamente efetuada pelo Município.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

OFÍCIOS

Sob o n° CEE/G/036/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando seu afastamento do País, na data de 30/04, viajando a Ciudad del Este, Paraguai, para proferir palestra no Fórum de Cooperação Fronteira Argentina - Brasil - Paraguai. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 181/09 do Sr. Orlando Pessuti - Vice-Governador do Estado, comunicando que estará ausente do País no período de 28 de maio até 03 de junho do corrente ano, tendo em vista a reunião da FIFA a ser realizada em Nassau (Bahamas), e no intento de viabilizar a indicação do Estado do Paraná e sua Capital, como uma das sedes dos jogos da Copa do Mundo de 2014. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 1226/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Marcelo Rangel, que solicita esclarecimentos sobre compras de bebidas alcoólicas efetuadas pelo Governo do Estado. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 1095/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Elio Rusch, Valdir Rossoni, Geraldo Cartário, Douglas Fabrício, Ademar Traiano e Fernando Scanavaca, que solicitam esclarecimentos sobre as Secretarias Especiais. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 05/05/09.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estive ausente na Sessão Plenária do dia 04 de maio, devido ao fato de estar participando da 2ª Reunião Nacional do PRB na Cidade do Rio de Janeiro.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

Cordialmente,

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Indicações

INDICAÇÃO Nº 557/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ, atenção especial à necessidade de fornecimento de um veículo para uso do Conselho Tutelar do Município de Capitão Leônidas Marques.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos INDICAR ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná e à Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ atenção especial à necessidade de fornecimento de um veículo para uso do Conselho Tutelar do Município de Capitão Leônidas Marques.

O Município de Capitão Leônidas Marques, situado no Oeste paranaense, conta com uma população de aproximadamente 20 mil habitantes. O Conselho Tutelar daquele Município não conta com veículo para desenvolver suas atividades, prejudicando o atendimento às comunidades, haja visto a grande demanda e a impossibilidade do poder local fornecer um veículo.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

INDICAÇÃO Nº 558/09

SÚMULA:

Sugere a reforma e ampliação do Posto de Saúde e Clínica de Fisioterapia do Município de Japurá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a reforma e ampliação do Posto de Saúde e Clínica de Fisioterapia do Município de Japurá e Centro de Convivência do Idoso.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade Japurá.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 559/09

SÚMULA:

Sugere a liberação de recursos para o Departamento de Saúde do Município de Ângulo.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a liberação de recursos para o Departamento de Saúde do Município de Ângulo.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade de Ângulo, visando a melhoria das condições de atendimento, e principalmente oferecer equipamentos necessários a saúde de nossos munícipes.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 560/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Morretes.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

I - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 561/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Mandirituba.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

I - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Mandirituba.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 562/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Lapa.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

I - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Lapa.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 563/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Jacarezinho.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

I - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 564/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Itaperuçu.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

I - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Itaperuçu.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 565/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Paranaguá.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

I - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 566/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Rio Negro.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

I - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 567/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Roncador.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

I - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Roncador.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 568/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Piraquara.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

I - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 569/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Peabiru.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

I - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Peabiru.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 570/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Hospital Municipal São Miguel do Iguaçu.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - A construção do Hospital Municipal São Miguel do Iguaçu.

II - Estamos apresentando a presente indicação, procurando atender anseios da população com a construção do Hospital Municipal São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

INDICAÇÃO Nº 571/09

SÚMULA:

Sugere a construção do acostamento da rodovia entre Dois Vizinhos a Pato Branco.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - A construção do acostamento da rodovia entre Dois Vizinhos a Pato Branco.

II - Estamos apresentando a presente indicação, procurando atender anseios da população que transita na rodovia.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

INDICAÇÃO Nº 572/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Centro Comunitário.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - A construção do Centro Comunitário, no Município de Clevelândia.

II - Estamos apresentando a presente indicação, procurando atender anseios da população com a construção do Centro Comunitário, onde será de grande utilidade para eventos, ações sociais, Clube das Mães e encontros religiosos recreação para família e para crianças do nosso Município.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

INDICAÇÃO Nº 573/09

SÚMULA:

Sugere a construção de uma lombada eletrônica na rodovia entre o Município de Dois Vizinhos e Pato Branco.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - A construção de uma lombada eletrônica na rodovia entre o Município de Dois Vizinhos a Pato Branco.

II - Estamos apresentando a presente indicação, procurando atender anseios da população que transita na rodovia.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

INDICAÇÃO Nº 574/09

SÚMULA:

Sugere ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania a mudança de destinação do prédio a ser construído entre a Penitenciária Estadual de Maringá e o Centro de Detenção Provisória de Maringá para abrigar unidade de produção industrial.

Sr. Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, Exmo. Sr. Desembargador Jair Ramos Braga, solicitando ao mesmo a mudança de destinação do prédio a ser construído entre a Penitenciária Estadual de Maringá e o Centro de Detenção Provisória de Maringá para abrigar unidade de produção industrial.

Com a construção da unidade de produção industrial, que se encontra entre a Penitenciária Estadual de Maringá e o Centro de Detenção Provisória, os presos seriam transferidos para aquele espaço durante o dia e teriam oportunidade de aprender um ofício, permitindo a verdadeira inclusão social após a liberdade.

Essa é a vontade da comunidade maringaense, cuja reivindicação foi feita através do Conselho Comunitário de Segurança de Maringá - CONSEG.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) CIDA BORGHETTI

INDICAÇÃO Nº 575/09

SÚMULA:

Propõe que se empenhe atenção especial ao atendimento das necessidades de viabilização de recursos para a aquisição de um caminhão basculante para o Município de Jussara.

Ao Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

Considerando:

1) Pedido formulado pela comunidade e lideranças do Município de Jussara;

2) A necessidade de caminhão basculante para atender a diversos serviços da comunidade, tais como: arrecadação de entulhos e lixo, remoção de terra, pedra e areia, entre outros;

Solicitando urgente providências no sentido de:

1) Viabilizar recursos para a aquisição de um caminhão basculante para atendimento das necessidades do Município de Jussara, visto que não possui nenhum veículo para esse serviço.

Certo que as providências serão tomadas, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 576/09

SÚMULA:

Solicita a construção de duas passarelas para pedestres na rodovia PR-323 no perímetro urbano do Município de Paiçandu.

Ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

Considerando:

1) Pedidos formulados pela comunidade e lideranças de Paiçandu;

2) A falta de passarelas para pedestres no perímetro urbano de Paiçandu;

3) A necessidade de construção de passarelas para possibilitar maior segurança aos pedestres que necessitam transpor a rodovia PR-323 que passa por dentro da Cidade de Paiçandu;

4) Que já existe projeto nesse sentido apresentado à respectiva Secretaria.

Solicitando urgente providências no sentido de:

1) Construir duas passarelas para pedestres na rodovia PR-323 no perímetro urbano de Paiçandu.

Certo que as providências serão tomadas, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 577/09

SÚMULA:

Solicita urgentes providências para resolver os problemas de falta de equipamentos, efetivo e viaturas no destacamento da Polícia Militar no Município de Terra Boa.

Ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

Considerando:

- 1) Pedido formulado pela comunidade terraboense;
- 2) O aumento da criminalidade e da sensação de falta de segurança nas Cidades do Paraná;
- 3) Que não existe pessoal nem viaturas em quantidade para atendimento às mínimas condições de segurança na cidade de Terra Boa;

Solicitando urgente providências no sentido de:

- 1) Aumento o contingente de policiais militares no destacamento local;
- 2) O envio de novas viaturas para atender a demanda;
- 3) Envio de equipamento de informática completo para atendimento das necessidades do destacamento da Polícia Militar de Terra Boa.

Certo que as providências serão tomadas, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 578/09

SÚMULA:

Propõe que a Secretaria de Estado da Educação dedique especial atenção ao atendimento urgente da necessidade de construção de uma Escola Estadual, com 3 mil e 400m², para atendimento de alunos de 1ª a 5ª série no Município de Moreira Sales.

Ao Sr. Secretário de Estado da Educação:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

Considerando:

1) O recebimento do Ofício número 001/09 da APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Professora Eulália Domingos de Oliveira Zarantonelli, através do seu Presidente Édio Garcia Pereira;

2) Que na Cidade de Moreira Sales existe necessidade urgente de construção de nova escola para atender a crescente demanda de alunos;

3) Que na referida escola existem dificuldades de ensino em função do grande número de alunos;

Solicita urgente providências no sentido de:

atender às necessidades de construção de uma nova escola para atender alunos do 1º ao 5º anos com cerca de 3 mil e 400m².

É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e a defesa do Sistema de Educação e de Saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 579/09

SÚMULA:

Propõe que se dispense atenção especial ao grave problema da falta de viaturas policiais no Município de Campo Mourão.

Ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I) Que esta Secretaria de Estado se digne em dedicar especial atenção ao grave problema da falta de viaturas policiais no Município de Campo Mourão e viabilize a aquisição de pelo menos quatro viaturas.

II - Inúmeros munícipes nos pedem que envidemos esforços na sensibilização das autoridades competentes para o problema seriíssimo que vem ocorrendo no Município.

III - Atualmente o Município não conta com viaturas em quantidade suficiente para o atendimento a população e o reflexo disto é o crescente aumento da criminalidade.

IV - Esta é uma reivindicação dos moradores em geral, e em especial nestes últimos tempos onde as manchas policiais são a tônica dos noticiários locais.

V - A insegurança já atingiu patamar muito elevado e somente com o atendimento quanto ao aumento dos recursos e o acirramento das rondas ostensivas poderemos minimizar tal situação com enormes benefícios à comunidade.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 580/09

SÚMULA:

Solicita atendimento especial a necessidade de construção de banheiros pré-fabricados no Distrito da São Vicente, Município de Araruna.

Ao Sr. Secretário de Estado de Obras Públicas:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

Considerando:

1) Pedidos formulados pela comunidade e lideranças de Araruna;

2) O baixo poder aquisitivo de parcela dos moradores do referido Distrito;

3) A inexistência de sistema de saneamento básico;

4) Que muitas residências não possuem banheiros para atender suas necessidades básicas de higiene;

Solicita urgentes providências no sentido de:

1) Prover o Distrito de São Vicente pertencente ao Município de Araruna de banheiros pré-fabricados ou recursos para a construção dos mesmos para atendimento das necessidades dos moradores de baixa renda.

Certo que as providências serão tomadas, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2083

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário a inversão total da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2061

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, que seja realizada Sessão Solene, para a entrega dos certificados com o título "Prêmio Papa João Paulo II", no dia 15 de maio às 11h, no plenarinho.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Estaremos propondo a entrega de certificados com o título "Prêmio Papa João Paulo II", as personalidades que se dedicam aos ensinamentos pregados por Nosso Senhor Jesus Cristo.

Serão homenageados Padres, Diáconos, leigos e às entidades que tenham se destacado em atividades de apoio as causas defendidas pela Igreja Católica Apostólica Romana, nas áreas do trabalho social, espiritual, comunitário e educacional na grande Curitiba.

A entrega dessas homenagens marca a data de nascimento do Pontífice João Paulo II, que é o dia 18 de maio, data lembrada pela comunidade católica.

REQUERIMENTO Nº 1007

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a constituição de Comissão Especial das Divisas Municipais no Estado do Paraná, formada por 05 (cinco) membros, para contribuir com soluções aos problemas existentes nas demarcações de divisas municipais no nosso Estado. A Comissão, também, irá mediar os primeiros passos da tramitação de proposições de criação de novos Municípios.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

Apoioamento:

Péricles de Mello, Dobrandino da Silva, Rosane Ferreira, Cleiton Kielse e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 1959

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja autorizada a liberação de passagens Curitiba-Brasília-Curitiba, bem como 03 (três) diárias, para os dias 04, 05 e 06 de maio corrente, para que este Parlamentar possa participar de audiências no Gabinete da Presidência da República e no Ministério da Agricultura, para tratar de assuntos de interesse do Estado.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 2038

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação do Projeto de Lei nº 181/09 aos Projetos de Lei nºs 124/09, 125/09 e 136/09 que tratam do Cadastro para Bloqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 2028

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Sabina Pacivieth, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2029

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ursulina Rosa da Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2030

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Mendes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2031

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Daniel Dimbarre, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2032

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Catarina Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2033

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de André Muca, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2034

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Augusto Gomes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2035

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Paulo Pedroso do Nascimento, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2037

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Marines Plácido Bush Córdia, da estudante Izabela Bush Córdia e da Sra. Olga Plácido Bush, ocorrido em 1º de maio do corrente na Cidade de Nova Esperança, Paraná.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Nova Esperança cobriu-se de luto em virtude de pavoroso acidente rodoviário que vitimou a Sra. Marines Plácido Bush Córdia, escritã do Cartório de Registro Civil da Comarca, esposa do amigo e companheiro Demerval Córdia, Vice-Prefeito na Administração passada de Maly Benati. A mesma tragédia ceifou também a vida da filha do casal, a Sra. Izabela Bush Córdia. No mesmo automóvel sinistrado viajava dona Olga Plácido Bush, cujos 91 anos de idade a impediram de suportar tamanha dor, vindo a falecer posteriormente, já em hospital da Cidade.

Toda a comunidade de Nova Esperança e de toda a região circunvizinha ficou naturalmente chocada e amargurada diante do acontecido e a presença de milhares de pessoas aos atos fúnebres atestaram a amizade e a consideração angariada pelas famílias Bush e Córdia, durante as dezenas de anos como moradores participantes da vida social e do desenvolvimento econômico da sempre bela e hospitaleira Nova Esperança.

As famílias Bush e Córdia são valiosas personagens da história de Nova Esperança e esta fatalidade certamente marca com uma tarja de tristeza e de saudades as páginas do livro que conta a vida da Capital Brasileira do Bicho da Seda.

Esta Assembleia através de todos os seus Parlamentares cumpre o dever de transcrever este voto de pesar em seus Anais e, que desta decisão, se dê conhecimento aos poderes constituídos do Município e Comarca de Nova Esperança, através do envio de ofícios, aos cuidados do Vereador Décimo Caetano.

Que cópia deste ato seja enviado pela Mesa Diretora ao Sr. Demerval Córdia como demonstração de apreço e de respeito deste Poder para com aquele nosso concidadão.

REQUERIMENTO Nº 2073

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em 19 de fevereiro do corrente ano, do Sr. Altamiro dos Passos.

Altamiro dos Passos nasceu em 10/02/40, em Joaçaba, Estado de Santa Catarina, e faleceu em 19/02/09, aos 69 anos de idade, em Curitiba/PR.

De grande religiosidade católica, o Sr. Altamiro serviu, como presidente, por dois anos consecutivos, com esmero e dedicação à Igreja Matriz Nossa Sra. da Conceição de Agudos do Sul, onde viveu grande parte de sua vida.

Altamiro dos Passos desenvolveu as atividades de comerciante, até ser aposentado. Sua vida foi sempre dedicada à família, deixando viúva a Sra. Virgília de Freitas e uma grande família que chora a sua grande falta.

O casal teve seis filhos - Luciana Freitas dos Passos, Rita de Cássia Freitas dos Passos, Analucia Freitas dos Passos e Thaissa Freitas dos Passos, Marivaldo Mendes e Vagner Fernando da Rocha - e um neto: Marco Antonio dos Passos Hitnak.

A passagem de Altamiro dos Passos deixa exemplo de convivência de amor a seus familiares e a todos que tiveram a grande oportunidade de lhe conhecer. A família, que desfrutou de sua convivência tão sublime, recebeu ampla manifestação de sentimento de pesar pelo seu falecimento, em Agudos do Sul e outras Cidades da região.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 2043

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Sérgio Bruno Bonatto Hatchbach.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Sérgio Bruno Bonatto Hatchbach, chefe do serviço de Ginecologia e Mama do Hospital Erasto Gaertner, que realiza seu trabalho com competência e dedicação, levando afeto e conforto aos pacientes sobre sua responsabilidade, demonstrando que é possível amenizar o sofrimento dos doentes e dar-lhes esperança de recuperação, dispensando atenção genuína e espontânea, doando-se incondicionalmente para melhor realizar os processos de qualidade da instituição, fazendo o que é preciso ser feito e da melhor maneira possível, tendo como fundamento a clareza e o comprometimento para combater o câncer com humanismo, ciência e afeto.

REQUERIMENTO Nº 2044

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Beluska.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Beluska, empresa do setor de confecções que atua no mercado curitibano, produzindo e vendendo peças do vestuário feminino, procurando diferenciar modelos dentro de um estilo casual urbano, focando em tecidos de malha e alfaiataria contemporânea, tendo seu ponto forte no conceito e na modelagem, traduzindo as tendências nacionais e internacionais com temas que valorizam as mulheres, em suas lojas tem-se o bom atendimento de seus funcionários, que realizam um trabalho personalizado e de qualidade para suas clientes.

REQUERIMENTO Nº 2045

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Inove Decoração + Design.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Inove Decoração + Design, empresa com mais de 20 anos de atuação no mercado, realizando um trabalho integrado nas diferentes áreas de atuação da criação de objetos, desenvolveu experiência em vários setores do design, como o de comunicação e na indústria e varejo de móveis e complementos, com mix de produtos de mobília contemporânea, tem em seu quadro de funcionário, consultores para orientação de seus clientes, prestando desta forma excelente serviço à comunidade.

REQUERIMENTO Nº 2046

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. José Clemente Linhares.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. José Clemente Linhares, membro do serviço de Ginecologia e Mama do Hospital Erasto Gaertner, que realiza seu trabalho com competência e dedicação, levando afeto e conforto aos pacientes sobre sua responsabilidade, demonstrando que é possível amenizar o sofrimento dos doentes e dar-lhes esperança de recuperação, dispensando atenção genuína e espontânea, doando-se incondicionalmente para melhor realizar os processos de qualidade da instituição, fazendo o que é preciso ser feito e da melhor maneira possível, tendo como fundamento a clareza e o comprometimento para combater o câncer com humanismo, ciência e afeto.

REQUERIMENTO Nº 2047

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Grupo LN.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao grupo LN, fundado pelo arquiteto Luís Napoleão Carias de Oliveira, que tem tradição, seriedade e ousadia na arte de construir, referência no mercado imobiliário, atua nos segmentos de incorporação, construção e hotelaria, atuando com excelência operacional e rentabilidade, incorporando e construindo com grande esmero empreendimentos que proporcionam qualidade de vida, com respeito ao consumidor, a sociedade e ao meio ambiente, demonstrando a sua responsabilidade como agente gerador de empregos e de qualidade de vida.

REQUERIMENTO Nº 2048

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Aquarius Gastronomia.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Aquarius Gastronomia, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de uma cozinha de qualidade, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e com os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável.

REQUERIMENTO Nº 2049

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao engenheiro José Marcos Pessa Filho.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao engenheiro José Marcos Pessa Filho, Vereador reeleito pela quinta vez no Município de Jaguariaíva, que realiza um excelente trabalho na área social da comunidade e na Câmara Municipal, elaborando leis, fiscalizando e julgando as contas do Executivo, emitindo sua opinião diante da inviolabilidade de seus pensamentos e legislando sobre assuntos de interesse local, pelos relevantes serviços prestados à comunidade e pelo seu respeito e dedicação à democracia, Presidente da Câmara em todos os mandatos que exerceu, representa seus Pares de forma coerente e equilibrada, dando voz a todas as vertentes de seu Município.

REQUERIMENTO Nº 2050

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Armazém Tavares.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Armazém Tavares, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de uma cozinha de qualidade, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e com os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável.

REQUERIMENTO Nº 2085

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente à autoridade acima citada, solicitando estudos de viabilidade da perfuração de um poço artesiano e abastecedor de 5.000 litros para o Distrito de Ubaúna, no Município de São João do Ivaí.

Vereadores daquele Distrito têm nos procurado em busca de uma solução definitiva para o problema do abastecimento de água para a comunidade.

Estudos já realizados anteriormente indicam que o poço artesiano aliado ao abastecedor descrito acima, seria essa solução definitiva.

Considerando o interesse da saúde da população o investimento é considerado barato e o custo benefício com resultados altamente satisfatórios.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1994

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a inserção nos Anais desta Casa, da matéria IML recebe verba de R\$ 1 mil, publicada no Jornal Diário dos Campos de Ponta Grossa em 03/05/09.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) MARCELO RANGEL

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 210/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída no Calendário Oficial do Estado do Paraná, a Semana do Presbiterianismo, a ser comemorada na semana em que esteja inserido o dia 12 de agosto, Dia Nacional do Prebiterianismo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Igreja Presbiteriana teve seu início no movimento cristão sugerido com a Reforma Protestante, iniciada pelo teólogo alemão Martinho Lutero no século XVI. Fundada pelo teólogo francês João Calvino (1509-1564) seguiu suas doutrinas religiosas e os princípios fundamentais da Confissão de Fé de Westminster, de 1643.

No Brasil o Presbiterianismo desembarcou definitivamente com o Missionário Inglês Rev. Ashbel Green Simonton em 12/08/1859, de lá para cá a denominação se

robusteceu pregando o genuíno evangelho de Cristo e abençoando a sociedade brasileira com escola, universidades e com cidadãos transformados pela graça de Deus. Desse tempo até hoje o Presbiterianismo nacional se desdobrou em vários ramos sendo as Igrejas: Presbiteriana do Brasil, fundada em 12/08/1859; Igreja Presbiteriana Independente fundada em 01/08/03; Igreja Presbiteriana Conservadora, fundada em 11/02/40; Igreja Presbiteriana Fundamentalista, fundada em 21/09/56; Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil fundada em 08/01/68; Igreja Presbiteriana Unidade do Brasil, fundada em 08/07/83 e outras; todas Peesbiterianas, mas com características que lhe são próprias. Hoje no Brasil perfazem mais de 1.500.000 pessoas espalhadas por todos os Estados da Federação, com mais de 8000 Igrejas e Congregações e mais de 5000 Pastores em atividade, servindo a Cristo e a Igreja.

A primeira tentativa de trazer o Evangelho ao Paraná, pela Igreja Presbiteriana, é atribuída ao Rev. José Manoel da Conceição, em fins de setembro de 1885, depois da reunião do Presbitério do Rio de Janeiro, os Revs. Robert Lenington e George Anderson Landes fizeram uma viagem evangélica de São Paulo ao Paraná, e o Rev. Landes fixou-se em Curitiba, no ano de 1887, o Rev. Landes pediu permissão ao Presbitério para organizar a igreja de "Coritiba" obtendo a autorização no mês de julho de 1888, onde hoje conta no Paraná, com 70 mil fiéis e em Curitiba com cerca de 10 mil.

PROJETO DE LEI Nº 211/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam as administradores de cartões de crédito que atuam no Estado obrigadas a incluir, de forma destacada, na correspondência enviada aos consumidores e na sua página na internet, os seguintes dados:

- I - razão social;
- II - endereço completo da sede ou da filial;
- III - telefone de atendimento ao consumidor;
- IV - número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta lei sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei Federal nº 8078, de 11/09/90.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Diariamente observamos o aumento do número de reclamações nos órgãos de defesa do consumidor e das ações nos Juizados Especiais contestando determinados procedimentos das operadoras de cartões de crédito, que

dificultam o contato e o acesso dos clientes às centrais de atendimento. Muitas vezes, com o intuito de negociar ou renegociar os débitos decorrentes da utilização dos cartões, os consumidores se vêem com grande dificuldade em se comunicar com as operadoras, que ocultam seus dados referenciais principais, como endereço da sede ou número de telefone próprio para tal função, já que não mantêm centrais físicas de atendimento ao cliente. Além disso, o cliente insatisfeito, ao tentar manejar a única opção restante, qual seja, o acionamento da Justiça, enfrenta outro problema pois não dispõe dos dados cadastrais básicos das administradoras dos cartões, como CNPJ, etc., o que impede a notificação prévia da empresa, que exige sua entrega com aviso de recebimento. Dessa forma, o consumidor fica inerte, tendo que arcar, na maioria das vezes, com toda a cobrança dos juros fiscais e de mora, pelo não-adimplemento do pagamento total de uma dívida que nem sequer pode discutir. Assim, tendo ciência dos dados referenciais e cadastrais das empresas administradoras de cartões de crédito, o consumidor terá certeza de que pode acionar a operadora sempre que constatar que está sendo prejudicado pela negativa de negociação. Ademais, a iniciativa atende os preceitos constitucionais federais, no que dispõe o artigo 24, V e VIII, da Carta Magna. Cumpre acentuar que a sociedade contemporânea se tem organizado a partir do fenômeno mundial das relações de consumo, massificada pelo crescente aumento da oferta de produtos e serviços, pelo crescimento do "marketing" e pela propagação do crédito como elemento propulsor do desenvolvimento econômico. Nesse contexto, é imperativo reconhecer a importância da proteção do consumidor, em razão das circunstâncias de vulnerabilidade e hipossuficiência que marcam as relações consumeristas. Com efeito, o sistema de proteção ao consumidor objetiva resguardar a vida, a saúde e a segurança do consumidor contra os riscos decorrentes do fornecimento de bens e serviços perigosos ou nocivos, além de buscar preservar seus interesses econômicos, assegurando-lhe contratação justa e adequada. Dessa forma, a proteção ao consumidor exige mais interferência do Estado nas relações privadas, o que se concretiza, por exemplo, por meio de normas jurídicas que imponham aos fornecedores condutas, de modo a garantir os direitos de parte vulnerável da relação, o consumidor, exatamente o que pretende este projeto.

São notórios os abusos praticados contra os consumidores pelas empresas administradoras de cartões de crédito, entre os quais o envio de cartões sem solicitação e a inclusão, na fatura, de despesas não autorizadas pelo consumidor. Neste passo, a proposição busca garantir que o consumidor tenha acesso às informações necessárias para que possa contratar as referidas empresas, esclarecendo dúvidas e efetuando reclamações, assim como acioná-las judicialmente, se necessário; está, portanto, em sintonia com o sistema de proteção ao consumidor instituído pela Lei Federal nº 8078, de 11/09/90, que contém o Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Ademais,

vale ressaltar que a matéria contida no projeto está em conformidade com o dever de informação por parte dos fornecedores. De fato, o artigo 6º, III, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor determina que é direito básico do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços. Por fim, é importante lembrar que a tutela do consumidor foi alçada pela Constituição da República ao patamar de direito fundamental, nos termos do artigo 5º, XXXII, bem como um princípio da ordem econômica, de acordo com o artigo 170, V.

PROJETO DE LEI Nº 212/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os hotéis, pensões e albergues situados no Estado do Paraná ficam obrigados a manter fichas de identificação de crianças e adolescentes, acompanhados ou não dos pais ou representantes legais, que se hospedarem no estabelecimento.

§ 1º Para efeito desta lei, considera-se criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre 12 e 18 anos de idade.

Art. 2º A ficha de identificação de que trata esta lei, a ser preenchida com base em documento oficial da criança ou do adolescente, deverá conter:

- I - o nome completo;
- II - o nome completo dos pais ou do representante legal;
- III - o nome completo do acompanhante;
- IV - a naturalidade da criança o adolescente; e
- V - a data de nascimento da criança ou adolescente.

§ 1º Se a criança ou o adolescente possuir documento de identidade, deverá ser anexada uma fotocópia deste à ficha de identificação.

§ 2º Não possuindo, a criança ou o adolescente, documento de identidade, o fato deverá ser anotado na ficha de identificação, ficando obrigatória, neste caso, a apresentação dos documentos dos pais ou dos acompanhantes no preenchimento da ficha.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Os índices de desaparecimento e de exploração sexual de crianças e adolescentes no País são cada vez mais alarmantes. Estima-se que aproximadamente 10 mil ocorrências de desaparecimento de crianças e adolescentes sejam registradas anualmente nas Delegacias de Polícia de todo o País. Tão grande é a preocupação com tal fato que a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência

da República, por meio da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, está implantando a Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. Por outro lado, foi instalada Comissão Parlamentar de Inquérito mista para tratar da questão da exploração sexual infantil, reconhecendo a gravidade da situação de milhares de crianças e adolescentes brasileiros explorados sexualmente. Infelizmente, o Paraná não escapa dessas duas tristes realidades. Anualmente, são registrados inúmeros casos de desaparecimento de crianças e adolescentes, que muitas vezes ficam sem solução. Quanto à prostituição infantil, em recente ação da Polícia Rodoviária Federal, mostrada a nível nacional pelo Programa Fantástico da Rede Globo, constatou-se que, dos 553 pontos de prostituição de crianças e adolescentes, identificados nas rodovias federais, o Paraná, infelizmente, destaca-se como um dos Estados com o maior índice de prostituição de menores às margens das rodovias federais. Em 1990, quando foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente, criou-se o arcabouço legal para garantir proteção integral aos menores de 18 anos e dividir as responsabilidades entre família, Estado e sociedade. O objetivo da proposição que apresentamos é auxiliar a polícia na busca e localização de crianças e adolescentes desaparecidos em todo o Estado do Paraná, bem como facilitar o combate à prostituição infanto-juvenil, pois, se os hotéis, albergues e pensões cadastrassem as crianças e adolescentes que neles se hospedam, isso em muito facilitaria a ação dos que trabalham no combate desse mal. Portanto, conto com o apoio dos nobres colegas para aprovação deste projeto de lei que visa coibir os crimes cometidos contra as nossas crianças e os nossos adolescentes.

PROJETO DE LEI Nº 213/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As empresas prestadoras de serviços públicos e privados, essenciais ou contínuos, consideradas por esta lei, serão responsabilizadas direta e objetivamente por descumprimento contratual, prática abusiva e qualquer dano causado aos consumidores no Estado do Paraná.

Parágrafo Único. As empresas consideradas nesta lei são todas as concessionárias ou permissionárias de serviço público, bem como as empresas prestadoras de serviços particulares, essenciais ou contínuos, contratadas pela Administração Pública ou diretamente por particular.

Art. 2º Para efeitos desta lei são considerados essenciais ou contínuos, especialmente os serviços:

- a) de limpeza urbana;
- b) postais e telegráficos;
- c) contratados no comércio eletrônico;
- d) televisivos por assinatura;
- e) televisivos à cabo;

- f) televisivos por sinal de antena ou por instrumento similar;
- g) prestados por empresas de segurança particular;
- h) educacionais e de ensino; e
- i) previdência privada e de defesa da saúde dos usuários.

Art. 3º Os serviços prestados deverão seguir as normas gerais estabelecidas pelo Código de Proteção e Defesa do Consumidor, Lei nº 8078, de 1990, especificamente no que diz respeito aos prazos de prestação e pagamento e acerca do impedimento ao fornecedor em estabelecer cláusula contratuais abusivas, mesmo se tratando de contratos de adesão.

Art. 4º Quando do pagamento efetuado pelo usuário dos serviços, ou em caso de falta de pagamento a contar da data de vencimento estabelecida no contrato, o fornecedor deverá aguardar pelo menos sete dias úteis para efetivar qualquer procedimento de suspensão ou interrupção na prestação de seus serviços, causada por inadimplemento contratual do usuário.

Art. 5º Na ocorrência de qualquer irregularidade na prestação dos serviços de que trata esta lei, e mediante prévia solicitação do usuário, o fornecedor deverá restabelecer em até 48 horas a devida prestação de seus serviços, sob pena de fiscalização ou intervenção do Poder Público e de responsabilização por danos causados aos consumidores.

Art. 6º Qualquer vício ou defeito aparente ou oculto, originário ou posterior, dos serviços prestados, deverá ser sanado pelo fornecedor nos prazos estabelecidos pelas normas gerais em vigor que regem a defesa e a proteção do consumidor, sem a interrupção dos serviços.

Parágrafo Único. Os consumidores poderão ser onerados pelos procedimentos citados no *caput* deste artigo, desde que tenham interferido ou participado na causa dos vícios ou defeitos apontados.

Art. 7º As empresas e fornecedores tratados nesta lei deverão criar;

a) serviço próprio de atendimento aos usuários para recebimento de reclamação, de encaminhamento e de soluções de possíveis irregularidades; e

b) banco de dados que trata das condições reais, de informações e do perfil de fornecimento de seus serviços.

§ 1º As informações contidas no referido banco de dados deverão ser enviadas mensalmente à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Paraná, ou a órgão similar quando se tratar de serviços públicos, para possibilitar uma melhor fiscalização do Poder Público e dos usuários, como garantia dos princípios da transparência, da disponibilidade e da eficiência.

§ 2º As informações contidas no referido banco de dados deverão ser publicadas resumidamente em veículos

de comunicação de grande circulação na região de sua prestação, pelas empresas prestadoras de serviços essenciais ou contínuos de que trata esta lei, para possibilitar uma melhor fiscalização do Poder Público e dos usuários.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta lei até 90 dias após o início de sua vigência.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Esse projeto de lei busca a garantir a responsabilidade consequente pela prestação de serviços públicos concedidos e de serviços privados essenciais ou contínuos no Estado do Paraná, em prol da garantia de direitos dos consumidores catalogados em nossa Lei Maior, bem como busca tutelar os princípios fundamentais inerentes a plenitude e eficácia das atividades da Administração Pública e da ordem econômica que devem ser aplicados em nosso Estado Democrático de Direito, a saber: transparência, indisponibilidade, eficiência, legalidade, razoabilidade, entre outros. Tais fundamentos estão bem delineados pela transparência contratual que se mostra inerente às relações de consumo, bem como pela eficiência que deve estar traduzida pela devida prestação de serviços públicos e privados essenciais ou contínuos, que devem retratar o necessário cumprimento contratual e a satisfação dos usuários. Não pode o fornecedor, sem qualquer critério de razoabilidade, estabelecer condutas de suspensão ou interrupção de seus serviços. Deve sim, efetivar tais procedimentos em lapso temporal plausível e proporcional a cada realidade, inclusive como garantia de possível reclamação, defesa e justificação a ser prestada pelo usuário em caso de atraso de pagamento, por exemplo.

Este projeto visa acabar com tais mazelas e incertezas, entre outras que norteiam a prestação de serviços públicos e privados essenciais ou contínuos em nosso Estado, evitando danos aos consumidores e possibilitando a reparação dos mesmos, portanto, todo cuidado é pouco em se tratando de proteção e danos ao consumidor. E verifica-se neste projeto de lei o exercício da competência concorrente suplementar estadual contemplada na Constituição da República Federativa do Brasil, no seu artigo 24, parágrafo 2º, à luz dos seus incisos VIII, IX, XII e XIII, como instrumento de caráter normativo direcionado à tutela de destacados direitos fundamentais.

PROJETO DE LEI Nº 214/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído no Calendário do Estado do Paraná o Dia do Procurador do Estado do Paraná, que será comemorado, anualmente, no dia 29 de maio

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A Procuradoria Geral do Estado do Paraná tem sua origem na Advocacia Geral do Estado e depois Consultoria Geral do Estado, criada pelo Decreto-Lei nº 498 de 12/08/46. Com a Emenda à Constituição Estadual nº 3 de 29/05/71 passou a ser Procuradoria Geral do Estado.

A Procuradoria Geral do Estado do Paraná, nos termos do artigo 132 da Constituição Federal e artigo 123 da Constituição Estadual é órgão único de execução da advocacia consultiva e judicial do Estado do Paraná, sendo diretamente vinculada ao Governador, integrante de seu gabinete e formada por advogados, aprovados em concurso público de provas e títulos, denominados Procuradores do Estado.

A Procuradoria Geral do Estado do Paraná conta com 296 cargos de Procuradores divididos em cinco classes. Atualmente, são 189 Procuradores em atividade que devotam as suas energias e competências em prol da defesa intransigente do interesse público.

A atuação desses profissionais de grande capacidade técnica ajusta a vontade política dos governantes, que traduz a vontade popular, à lei, e, em juízo defende a ação do administrador e a efetivação destas políticas públicas, além de cobrar os devedores da Fazenda Pública. Como alguns exemplos de grandes benefícios trazidos à população paranaense decorrente do trabalho de Procuradores do Estado do Paraná cita-se o fechamento das casas de bingo no Estado, a redução de valores expressivos em dívidas de precatórios requisitórios, a cobrança de tributos devidos ao Estado do Paraná, entre outros, etc.

Assim, o estabelecimento de uma data comemorativa aos Procuradores do Estado do Paraná marca o reconhecimento da relevância deste trabalho pelo povo paranaense.

A escolha do dia 29 de maio deve-se ao conteúdo da Emenda nº 03 à Constituição do Estado do Paraná que instituiu a denominação "Procuradoria Geral do Estado do Paraná."

O presente projeto de lei valoriza a instituição e presta justa homenagem a esta carreira de estado que coopera na construção da história de nosso Estado.

Conforme o Wikipédia as comemorações especiais já fixadas para esta data são: dia do estatístico, dia do geógrafo, dia mundial da energia e dia do sociólogo.

PROJETO DE LEI Nº 215/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Instituição Educacional Mundo das Letrinhas Coloridas, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

A Instituição Educacional Mundo das Letrinhas Coloridas mantém um Centro de Educação Infantil em funcionamento na rua Pedro Laska, nº 101, atendendo 102 crianças em período integral, semi-integral e meio período. Este trabalho permite que os pais possam trabalhar deixando seus filhos em local adequado e com pessoas treinadas, recebendo ali toda a alimentação necessária, desde o café da manhã até a sopa da tarde.

As crianças atendidas são de famílias de baixa renda, separadas por idade (Maternal Baby, Maternal II, Pré, Pré I e Pré II) e ficam sob os cuidados de profissionais formados em pedagogia, desenvolvendo atividades conforme a lei que fundamenta a educação infantil. O Centro segue uma proposta pedagógica aplicada ao planejamento diário das crianças, trabalho esse que é complementado com o desenvolvimento de atividades com as famílias.

Desde a sua fundação a Instituição Educacional Mundo das Letrinhas Coloridas vem realizando um trabalho sério e transparente, demonstrando ser uma entidade responsável e organizada, o que contribui sobremaneira com a educação no Município de São José dos Pinhais, principalmente em favor dos menos favorecidos.

Sendo conhecedor do trabalho desenvolvido pela entidade, solicito dos nobres Pares o apoio para que a mesma seja reconhecida de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 216/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Mulheres de Dois Vizinhos e rede de Combate ao Câncer, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Mulher de Dois Vizinhos e Rede de Combate ao Câncer, entidade sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos, tem por finalidade educar, prevenir, reabilitar e reintegrar os portadores de câncer e seus familiares na sociedade. Apoiar ações e campanhas Municipais, Estaduais e Nacionais de prevenção de câncer visando o bem-estar dos familiares e qualidade de vida da população do Município.

Sendo assim, esperamos contar com apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 217/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Casa do Artesão de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Casa do Artesão de Campo Mourão, fundada em 20/03/69, contando, pois, com mais de 38 anos de existência, vem desenvolvendo constante trabalho em favor da classe empresarial, contribuindo sobremaneira com o desenvolvimento do Município.

Trata-se de uma entidade de classe, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ - Cadastro Nacional de Personalidade Jurídica sob nº 77.933.109/0001-06, e pela sua importância e representatividade é merecedora em ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do Estado do Paraná, pelo que, solicitamos apoio e aprovação das Sras. e Srs. Deputados da Assembleia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 218/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação das Câmaras Municipais da Microrregião Doze - ACAMDOZE - no Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação das Câmaras Municipais da Microrregião Doze - ACAMDOZE, fundada em 05/12/79, contando, pois, com aproximadamente 30 anos de existência, vem desenvolvendo constante trabalho em favor das Câmaras Municipais da Microrregião Doze, contribuindo sobremaneira com o desenvolvimento dos Municípios e da região em geral.

Trata-se de uma entidade de classe, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ - Cadastro Nacional de Personalidade Jurídica sob nº 78.184.165/0001-58, e pela sua importância e representatividade é merecedora em ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do Estado do Paraná, pelo que, solicitamos apoio e aprovação das Sras. e Srs. Deputados da Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência esclarece que o Grande Expediente de hoje será utilizado pelo Diretor Comercial da SANEPAR, Natálio Stica.

Pequeno Expediente:

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao 1º orador inscrito, Sr. Deputado Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nossos professores e professoras que hoje nos honram com sua presença aqui na Assembleia Legislativa, companheiros da imprensa, Vereadores, Prefeitos e Prefeitas que estão nos visitando no dia de hoje e os nossos telespectadores que acompanham pela TV SINAL esta Sessão de hoje.

Estamos com um item muito importante na pauta de hoje que é o veto apostado pelo Governador Roberto Requião ao Projeto de Lei nº 780, de autoria do Deputado Péricles de Mello, companheiro, que em 2007 apresentou o projeto a pedido dos professores e professoras a pedido dos sindicatos, inclusive da APP, que sou dirigente. Fui Presidente da APP e era Presidente na época, estivemos aqui na Assembleia, o projeto foi aqui votado e aprovado por unanimidade e hoje o veto está pautado e queremos derrubá-lo para fazer justiça a cada professor e professora que frequentaram o Programa de Capacitação e Formação em serviços promovidos pela VIZIVALE do Estado do Paraná e com autorização do Conselho Estadual de Educação do nosso Estado.

Esses professores e professoras frequentaram fazendo um curso semipresencial, comparecendo às aulas e também fazendo o uso da tecnologia à distância, e isto previsto na LDB, artigo 87.

Portanto, houve uma interpretação equivocada do Conselho Nacional de Educação, quando utilizou o artigo 80 da LDB, para tentar desautorizar o Conselho Estadual de Educação, que tinha prerrogativas, e tem, de autorizar programa de capacitação e serviços, o que foi feito.

Por isso estamos pedindo a todos os Deputados que não falem à Sessão de hoje. Mais do que estar presentes nesta Sessão, votar contra o veto, votar a favor de aproximadamente 30 mil estudantes que foram e hoje são professoras e professores do Estado do Paraná. Este tema interessa a todos os paranaenses, porque se hoje tivermos a suspensão destes professores em mais de 300 Municípios do Paraná, as aulas terão que ser suspensas. Teremos falta de professoras e professores.

Por isto esta votação no dia de hoje é muito importante. Que nós possamos derrubar este veto e, numa comissão de Deputados, conversar com o Governador Roberto Requião, para que implemente esta lei, fazendo com que nossas universidades estaduais promovam o registro dos diplomas. Porque não é justo que milhares de

colegas, professoras e professores, que pagaram por este programa, frequentaram, que fizeram o concurso público, estão na carreira dos vários Municípios e na rede estadual também, agora não tenham o direito de ter o seu diploma devidamente registrado.

Fizemos comissão aqui, com a presença de vários Deputados Estaduais, Federais, Senadores, Prefeitos, Vereadores, fomos a Brasília várias vezes. Estamos lutando para que se faça justiça com cada professora e cada professor. Portanto, nosso apelo a todas as Deputadas e Deputados, para que venham à Sessão e que possamos derrubar o veto, confirmando esta lei, que é importante para o Paraná.

Também quero registrar que no dia de ontem no dia de hoje também, citam o professor Francisco Costa, do Município de Colombo, da Escola Helena Kolody, como uma pessoa contra estudantes especiais, o que não é correto. O professor e os professores do Paraná reclamam o direito de ter as condições para receber o aluno especial e fazer com que ele tenha aula com qualidade. Por isso, apelamos à imprensa e às autoridades do Paraná, especialmente à Secretaria da Educação, para que dê as condições para que os professores possam receber os alunos especiais nas escolas e dar a eles o melhor de si, que é a qualidade da Educação no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Antes de conceder a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Ney Leprevost, concedemos a palavra ao Deputado Elio Rusch, pela ordem.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Como Líder da Oposição, conversando com o Deputado Valdir Rossoni, nosso Vice-Líder da Oposição, Deputação Douglas Fabrício, fazemos um apelo aos Deputados da Oposição, a todos os Deputados, para que falemos o menos possível, hoje, na Sessão, para que possamos apreciar urgentemente o veto dos professores que estão nas galerias.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Infelizmente, Deputado Elio Rusch, temos o Pequeno e o Grande Expediente completamente tomados de inscritos. O que é muito bom, vamos ouvir a todos os Deputados, a começar pelo Deputado Ney Leprevost. E imaginem se poderíamos ficar sem ouvir o Deputado Antonio Belinati discursando para esta plateia toda. Não poderíamos faltar. O apelo de V. Exa. será difícil de ser cumprido.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Só para complementar, Sr. Presidente, o apelo é que temos o Pequeno Expediente, que está totalmente tomado, o Grande Expediente também, mas temos o Horário das Lideranças. Então, faço um apelo a todas as lideranças dos partidos para que não usemos o Horário das Lideranças,

uma vez que os professores são do interior. E com toda certeza eles querem assistir a votação do veto. É um apelo que fazemos às lideranças partidárias.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Quero dizer, Deputado Elio Rusch, que serei, em respeito aos professores que estão aqui, extremamente breve e atenderei o seu apelo, até porque respeito e apoio as reivindicações que nossos companheiros professores do Oeste do Paraná, da VIZIVALE, do Sudoeste do Paraná, também do Centro-Oeste do Paraná, apresentam a este Plenário. Entendo que estas pessoas vêm aqui, hoje, em nome de uma luta extremamente justa, que merece o apoio e o respeito de todos os Deputados Estaduais.

Ocupo a tribuna, rapidamente, apenas porque não poderia deixar passar em branco, na condição de Presidente da Comissão de Saúde, o dia e hoje, que é o Dia Nacional do Uso Racional de Medicamentos. Está acontecendo uma campanha em todo o Paraná e esta campanha é extremamente importante, porque só no ano passado, o Hospital Pequeno Príncipe, que aqui em Curitiba atende crianças e é uma referência como hospital que atende, através do SUS, o público infantil, só no ano passado o Hospital Pequeno Príncipe atendeu 113 crianças vítimas de intoxicação por medicamentos. É praticamente uma intoxicação a cada três dias do ano.

Essas crianças se intoxicaram com tranquilizantes de uso controlado. E o Conselho Regional de Farmácia, junto com os cursos universitários de Farmácia, está fazendo uma campanha em todo o Paraná para alertar às mães e aos pais sobre a intoxicação com medicamentos.

O alerta sobre o perigo do uso dos medicamentos em casa também vem do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas. Dados de 2006, mais recentes, mostram que quase 1/3 das pessoas intoxicadas são crianças, e os remédios são os grandes vilões.

Então, temos que nos preocupar com esta questão. Vamos debater com mais profundidade este tema em outras oportunidades aqui na Assembleia Legislativa, mas aproveitando a grande audiência da TV SINAL, valem algumas recomendações para os pais e para as mães em relação ao armazenamento de remédios: manter todos os produtos tóxicos em local seguro, trancado, fora do alcance das mãos e dos olhos das crianças, de modo a não despertar sua curiosidade. Muitas crianças ingerem remédios abertos pensando que são balas ou chicletes.

Os remédios são ingeridos por crianças que os encontram em local de fácil acesso, deixados pelos adultos. Os adultos devem descartar remédios vencidos e não guardar restos de medicamentos em casa, despejando o conteúdo no vaso sanitário ou na pia e lavando a embalagem antes de descartá-la. Nunca colocando a embalagem com o conteúdo na lixeira, porque pode sobrar algum remédio lá e alguma criança, às vezes, que mexe no lixo, acaba se intoxicando com esse medicamento.

Também deve o adulto deixar de ler o rótulo e a bula do medicamento. Não deve dar remédio para criança sem orientação médica. E deve manter sempre as embalagens originais, observando se o medicamento não está vencido.

Faço estas considerações neste Dia Nacional do Uso Racional de Medicamentos, e cumprimento o Conselho Regional de Farmácia e as universidades que têm curso de Farmácia, pela campanha que estão realizando em todo o Paraná para prevenir a intoxicação por medicamentos, que vitima centenas e centenas de crianças anualmente em nosso Estado. Voltarei a tratar desse assunto em novas oportunidades, em reuniões com os Deputados que compõem a Comissão de Saúde desta Casa Legislativa.

Obrigado, Sr. Presidente. E mais uma vez a nossa solidariedade aos professores que cursaram a VIZIVALE.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, Deputada Beti Pavin e Dr. Batista.

Hoje, Sr. Presidente, uma das maiores rádios FM do Paraná e do Brasil celebra 30 anos de fundação, a nossa querida Paiquerê FM, de Londrina, do grande empresário e grande comunicador Ricardo Espinosa. É uma emissora que cobre 216 Municípios, incluindo Norte do Paraná, o Sul de São Paulo e o Sul de Mato Grosso, com 50 mil watts de potência, a Paiquerê FM é uma das mais possantes de todo o interior do País, uma das melhores rádios. Desde o dia 27 de fevereiro de 1986 a nossa querida Paiquerê FM é líder absoluta do IPOBE, com amplo jornalismo sério e com um musical que toma toda a audiência dos concorrentes.

O Ricardo Espinosa começou sua carreira na Rádio Clube Marconi, de Paraguaçu Paulista, passou por Franca e Mogi das Cruzes e aportou em Londrina no dia 02 de janeiro de 1967. O nosso querido Ricardo Espinosa, muito bem casado com Dona Judite da Conceição Espinosa, casal que forma uma família maravilhosa, com a Lucimara, o Abel, o genro Sérgio, o filho Maurício, que é graduado da PUC e também presta assessoramento à Paiquerê FM, e o filho Sérgio, que é um médico muito conceituado. A Paiquerê FM, sob o comando do valoroso Ricardo Espinosa, tem tido ampla a consagrada participação em todos os grandes movimentos, seja dos empresários, das entidades de classe, dos movimentos populares, visando fortalecer cada vez mais a economia e a prosperidade de Londrina.

Parabéns, Ricardo Espinosa! Que orgulho para nós podermos ter em Londrina uma das melhores FMs do Brasil, a líder absoluta, a nossa querida Paiquerê FM.

Sr. Presidente, a imprensa noticia hoje um caso absurdo de Colombo, um professor se recusando a dar aula para um aluno que é deficiente auditivo. Isso é desumano, é anticristão, mostrando o quanto o Governo ainda tem que fazer para corrigir aquilo que não está fazendo pelos portadores de deficiência, que merecem mais respeito por parte das nossas autoridades.

Enquanto uma pessoa que tem deficiência auditiva é proibida de estudar, porque o professor não quer dar aula, nós demos a notícia aqui, ontem, que o Bolsa-Família, que foi criado pelo Governo Fernando Henrique para ajudar os mais pobres, aqueles que estão no fundo do poço, de repente virou um saco em que gente com oito automóveis vem sacando dinheiro do Bolsa-Família, parasitas, vadios, desocupados e até fazendeiros, até dono de fazenda está recebendo o tal de Bolsa-Família. Então, o cara que vai lá mamar no Bolsa-Família sem precisar, ele não vai querer pegar nunca no cabo da enxada e não vai querer trabalhar.

E hoje é pior ainda, Presidente Nelson Justus, porque está aqui, 40 mil políticos estão mamando no tal Bolsa-Família, pessoas que se candidataram a Vereador, a Prefeito, foram mandados para casa derrotadas pelo povo e agora estão lá na teta do Governo. Mas o dinheiro não é do Lula, o dinheiro é o que o povo paga de imposto na água, na luz, no telefone, no transporte, na comida, no remédio, no sapato, na roupa, no combustível, no gás, o dinheiro é do povo. Quarenta mil políticos, é a notícia de hoje, além dos fazendeiros os donos até de oito automóveis, usufruindo um dinheiro, que eu volto a repetir, é de propriedade do povo brasileiro. Esse dinheiro acaba fazendo falta para colocar remédio onde falta remédio, colocar UTI onde não tem UTI, colocar escola onde não tem escola, creche, melhorar a qualidade de vida do nosso povo brasileiro.

E agora, Presidente, queremos saudar os professores, professoras da VIZIVALE que hoje, olha que cenário bonito, gente maravilhosa vindo de várias cidades do Paraná. Presidente, eu conheço a história, Deputado Péricles, muitas vezes a pessoa que tem um namorado e quer estudar, eu já vi caso do namorado dizer: "Olha, você escolhe, se for estudar não tem casamento". Já vi casal se separar, marido ciumento não querendo que a esposa continuasse o estudo e vice-versa também. E conheço a história de muitos alunos, professores e professoras da VIZIVALE que devem ter reboado, devem ter deixado, às vezes, de levar um pouco mais de pão para casa, devem ter deixado de comprar um remédio para poder pagar esse ensino à distância. Qual era o objetivo dessa gente maravilhosa que está aqui? Aonde está o Governo? Aqui tem um Governo, tem um Conselho Estadual de Educação, vocês pagaram com sacrifício, se esforçaram, e qual era o objetivo? Poder melhorar a carreira no serviço público, ter um rendimento melhor, poder usufruir de um padrão de vida mais compatível, poder oferecer uma segurança, uma

tranquilidade maior para própria família, às vezes para a própria mãe, para o pai, para a avó, para os filhos, se esforçaram tanto e de repente, quando termina o curso, onde está o diploma? Mas aonde está o Governo? O que as nossas autoridades fizeram? Mas aonde está o Governo? O que as nossas autoridades fizeram? Estavam adormecidos, estavam de férias? Não sabiam que tinha uma VIZIVALE cobrando de milhares de alunos, oferecendo um curso que agora eles alegam que não estavam legalizando, falta documento, etc, etc?

A responsabilidade, na nossa ótica, é do Governo, eu creio, nobres Parlamentares, que cabe sim derrubarmos esse veto, porque a irresponsabilidade foi do Governo, foi negligente, e na minha ótica cada formando da VIZIVALE poderia, não só exigir o diploma, porque o Governo existe para fiscalizar.

Portanto, nobre Presidente, é lamentável, é deploável que num Estado tão próspero, isso aqui não é África, é um País que consideramos, ou lutamos para ser, de Primeiro Mundo, o Estado do Paraná que é tido como um Estado pujante, em nível de Brasil, vemos que até hoje, no ano de 2009, esteja sendo feito esse ato desrespeitoso. Isso é uma afronta à dignidade, ao sacrifício, ao empenho, à dedicação com que cada professor se dedicou nessa VIZIVALE. Se houve irresponsabilidade, não é dos formandos, é do próprio Governo, a quem cabe toda culpa. E só reparar esse grande mal.

Quantas vezes formandos e professores já vieram até esta Casa, alguns gastaram dinheiro que não poderiam gastar para vir aqui atrás dos Deputados?

Deputados Péricles, vamos juntos, num ato de solidariedade, até pedir desculpas em nome do Governo. Somos da Oposição, mas cabe a todos nós derrubarmos esse veto e pedir desculpas pela falta de consideração, porque isso poderia estar resolvido há muito tempo. Quanto de dinheiro muitos já perderam, porque não puderam ter promoção? Esta é a grande resposta ao Governo que não fiscalizou, que foi negligente, incompetente, que faltou com vocês.

Cabe a nós derrubarmos esse veto, para que o diploma de vocês seja legalizado, reconhecido e que possamos dizer ao Brasil que esse aqui é o resultado de esforço, do trabalho, do sofrimento de muitos anos dessa gente que se formou pela VIZIVALE e merece ter seu diploma reconhecido.

Contem conosco. Entre o Governo e o que é justo, ficamos com o direito de vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está presidência anuncia, com satisfação, a pedido do Deputado Jonas Guimarães, a presença do Prefeito Xanguai, lá de Quarto Centenário. Seja bem-vindo a nossa Casa.

Com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero cumprimentar todos os professores que fizeram curso na VIZIVALE e, de uma forma espontânea, se organizaram livremente e vierem abrilhantar a Sessão nesta tarde, nesta Casa, sensibilizar não este Poder, que já está sensibilizado com vocês, mas as demais autoridades constituídas no Estado do Paraná.

Em uma semana foi decidida a votação desse veto na tarde de hoje. E, nesses poucos dias, vocês se mobilizaram, estão deixando tão bonita esta Casa, com mais de 500 professores presentes. Este é o primeiro elogio que gostaria de fazer.

Na verdade, Deputado Belinati, os professores que estão aqui são pessoas conscientes, que vivem o problema há bastante tempo, se sacrificaram para fazer o curso. Saíram de suas casas, estudaram 27 meses, pagaram mais de R\$ 4 mil por esse curso. Oito mil desses professores já fizeram concursos públicos nos Municípios do Paraná, foram aprovados e trabalham com as nossas crianças há bastante tempo. E, de repente, depois de terem feito um curso sacrificando suas famílias, dedicando-se à sua profissão, melhorando a qualidade de ensino para as nossas crianças, são injustiçados dessa forma.

Desde 2002 que o Conselho Estadual promulgou um parecer e autorizou o curso, a primeira turma começou em 2003. Eles estão numa situação de desespero, já digo, porque não têm seus diplomas reconhecidos. Meu primeiro elogio nessa linha fala é a esses professores.

Em segundo lugar, gostaria de elogiar esta Casa, todos os Deputados, a Presidência da Casa,

Deputado Nelson Justus que, na primeira conversa que tivemos, se dispôs a colocar na pauta de votação no dia em que vocês pediram, esta terça-feira, enfim, toda a Mesa e todos Deputados, dos diversos partidos, desde o Líder do Governo, Deputado Romanelli, que foi fundamental para que acontecesse a votação, hoje.

O Deputado Romanelli se propôs a votar derrubando o veto do Governo, como também dos partidos de Oposição, de todos os partidos. Quero agradecer todos os Deputados que se sensibilizaram e fizeram tudo que foi possível, nas suas bases, nas suas Cidades, para que tivéssemos uma Sessão fraterna, com unidade entre nós, superando qualquer tipo de conflito, pensando no bem maior, que é a conquista da regularização do diploma que vocês tanto merecem. Então, parabéns a vocês! Parabéns, Deputados Estaduais do Paraná, por esta tarde que será, sem dúvida, vitoriosa para todos nós!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como autor do projeto de lei que foi vetado, juntamente com outros Deputados; Deputado Caíto parece que está em Brasília hoje, mas foi ele quem fez uma emenda ao meu projeto ampliando a abrangência para todos os 30 mil professores; Deputada Luciana e vários outros Deputados. Queria citar todos que estão aqui e que assinaram o projeto junto

comigo. É importante fazer um breve histórico, rapidamente, do que aconteceu. O Conselho Estadual de Educação, por meio da Deliberação nº 004/02, do dia 04 de setembro de 2002, criou o programa que permitiu o curso da VIZIVALE, em parceria com o IESDE. Como eu disse, três turmas. Uma teve início em 2003, outra em 2004 e outra em 2005. Um curso de 27 meses de duração.

Surpreendentemente, isso que é importante, o Conselho Nacional exarou dois pareceres favoráveis à deliberação do Conselho Estadual. Dois pareceres! Um Parecer é o nº 014/06 e o outro é 290/06. Depois que praticamente todas as turmas estavam formadas, haviam concluído o curso, só a última que estava em fase de conclusão, a turma que entrou em 2005, o Conselho Nacional faz uma revisão dos pareceres anteriores e, por meio do Parecer nº 139/07, um Conselheiro diz que o Conselho Estadual não poderia ter autorizado esse curso, porque não se trata de um curso semipresencial, mas trata-se de um curso de educação à distância, e só quem tem poder de autorizar um curso destes é o Conselho Nacional. Depois desse parecer, passamos a viver todos esses problemas que tanto nos angustiam.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Esse é o primeiro fato que deve ficar claro para todos nós. O Conselho Estadual autorizou, com base na LDB, o parecer do conselho, que é um órgão do Estado, da sociedade paranaense, representativa da sociedade, é um órgão permanente que tem um poder específico. Foi o conselho quem autorizou. O curso foi feito, três turmas sequenciais. A quem caberia fiscalizar as matrículas dos alunos? Ao próprio Conselho Estadual e à Secretaria de Ciência e Tecnologia. Se algum problema houve, portanto, de desrespeito ao parecer do Conselho estadual, já que alunos que não estavam no chamado exercício efetivo do magistério fizeram o curso, quem tinha que ter impedido que isso acontecesse, era o próprio Conselho Estadual e a Secretaria da Ciência e Tecnologia, que não o fez. Os alunos fizeram o curso de boa fé.

Uma professora de Tibagi me entregou, hoje pela manhã, a deliberação do Conselho Estadual, que já conhecia, e o informativo do IESDE orientando e dando toda segurança aos estudantes de que poderiam matricular-se no curso e de que o curso era legal. Então, isso prova que todos os professores e professoras fizeram o curso na mais absoluta boa fé, amparados pela legalidade, por parecer de um Conselho Estadual de Educação respeitado no Paraná. Pois bem, esse é o primeiro fato de extraordinária importância. O Conselho Nacional só deu o terceiro parecer negando os outros quando as turmas já estavam praticamente todas formadas.

Segunda questão: depois que exarou o Parecer nº 139/07, de 14 de junho de 2007 do Conselho Nacional, temos aqui em nossas mãos - isso também é muito importante - a Resolução nº 012/07 de 13 de dezembro de

2007. Seis meses, portanto, depois do último parecer do Conselho Nacional que desautorizou o Conselho Estadual. O próprio Conselho Nacional, a Câmara de Educação Superior, o Conselho Nacional de Educação, dispõem sobre o registro de diplomas expedidos por instituições não universitárias. O Presidente da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista, resolve: *Artigo 1º Os diplomas dos cursos de graduação e sequências, de formação específica, expedidos por instituições não universitárias, serão registrados por universidades credenciadas, independentemente de autorização prévia desse Conselho.*

Então, esse é o argumento que, depois de derrubado o veto, queremos levar ao Governador Requião. Ele tomou uma decisão de veto com base em uma informação do Ministério da Educação. Essa informação não tinha chegado ao Governador. E esperamos, depois que derrubamos esse veto, por unanimidade, convencer o Governador com base nesses argumentos que utilizei agora, que ele não entre com recurso contra o veto na Justiça e que, junto com a Assembleia Legislativa, vamos convencer os Reitores e as nossas instituições de ensino superior para registrarem, imediatamente, os diplomas de todos vocês. Esse é o objetivo da nossa ação.

(Aplausos)

Então, vejam, Srs. Deputados, a situação em que nos encontramos: a denúncia que fiz ao Ministro da Educação, em novembro do ano passado, quando conversamos com ele. Apesar do Ministério da Educação e do Conselho Nacional não quererem autorizar o registro dos diplomas, existe uma instituição que é respeitada e reconhecida pelo próprio Ministério e pelo Conselho Nacional, chamada Universidade Castelo Branco, que propõe um curso aos estudantes da VIZIVALE. Tenho aqui o requerimento feito por alunos da VIZIVALE e respondido pela Universidade Castelo Branco, onde ela diz o seguinte: os alunos fazem ofício à Universidade Castelo Branco dizendo que concluíram, o programa especial e tal, pretendendo ampliar os seus conhecimentos, bem como a área de atuação no mercado, realizando o curso de Pedagogia ofertado por essa respeitável universidade.

Deste modo, a fim de dirimir dúvidas, questionamos V. Exas.: a partir da análise da grade curricular anexa é possível eliminar algumas disciplinas do curso de Pedagogia? Em caso afirmativo, quais matérias podem ser eliminadas e quais devem ser cursadas? E, por fim, em quanto tempo o curso pode ser concluído por quem já é formado no Programa Especial?

A Universidade Castelo Branco responde ao requerimento, ao ofício, da seguinte forma: *Prezados alunos, referimo-nos à correspondência enviada por V. Exas., datada de 27 de agosto de 2007, para informar que os estudantes regularmente matriculados em nosso curso de graduação em Pedagogia, e que já tenham cursado disciplinas*

durante o Programa Especial de Capacitação para a Docência poderão aproveitá-los com o objetivo de integralização dos créditos necessários à obtenção do diploma. Desta forma, após análise da matriz curricular das ementas, das disciplinas, já realizadas, reivindicamos a necessidade de serem cursadas as seguintes: empreendedorismo - 34 horas; gestão de pessoas - 34 horas; introdução à informática - 34 horas; orientação educacional - 34 horas; ação supervisora - 34 horas; educação de jovens e adultos - 136 horas; desenvolvimento sustentável - 136 horas. Somando, 442 horas. Vocês já fizeram 2 mil, 890 horas. E diz a Castelo Branco que se vocês se inscreverem e pagarem pelos seus cursos, vão fazer o curso durante um ano e vão receber o diploma de Pedagogia Plena.

Eu mostrei isso para o Ministro Fernando Haddad e perguntei a ele: Ministro, veja a contradição que estamos vivendo: o mesmo Estado brasileiro que se nega a reconhecer o curso da VIZIVALE permite que uma instituição, por ele reconhecida, chamada Castelo Branco, dê uma complementação de 400 horas e diga, oriente os alunos que vão ganhar o diploma. Ele disse: "Isso não pode, Denuncie". Está aqui feita a denúncia e até hoje nada foi feito. E quando vocês me perguntam: "Deputado Péricles, podemos fazer o curso na Castelo Branco? Vamos ter o diploma, ou não?" Eu não sei o que dizer para vocês, porque se digo: façam; vocês fazem e não é reconhecido, eu passo por mentiroso. Se eu digo: não façam, e os que fazem têm o diploma reconhecido, eu também dei uma orientação errada.

Em função disso, fiz um requerimento aprovado por esta Casa, no mês de abril, para que a Secretária da Educação me responda, por escrito, se ela aceita ou não o diploma da Castelo Branco, para aqueles que fizeram o curso. Essas são as contradições que estamos vivendo. Por isso, tenho convicção, que através de uma motivação cada vez mais forte, vai acontecer uma grande mobilização espontânea no Sudoeste, em Francisco Beltrão, no dia 15 de maio. Esperamos reunir milhares de professores da VIZIVALE. Através da mobilização, da conversa e sensibilização do Governador, de uma ação jurídica coletiva que estamos contatando com o advogado e de um termo de ajuste de conduta, entre a Secretaria da Ciência e Tecnologia e o Ministério Público, a VIZIVALE, o IESDE e o Conselho de Educação, poderemos conseguir finalmente aquilo que todos vocês precisam, necessitam e sonham, que é o registro do diploma do curso que vocês fizeram, na mais absoluta boa fé.

Esse é o caminho que estamos orientando com a representante de vocês - depois faremos uma comissão aqui - com a APP - Sindicato, a UNDIME, a Associação dos Municípios do Paraná, os Prefeitos, os Vereadores, tentaremos consolidar em uma conversa com o Sr. Governador e na ação com o Poder Judiciário, logo depois de derrubado o veto.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

Deputado, permite-me um aparte?

(Assentimento)

Dar a minha saudação a todos os professores e alunos da VIZIVALE, que se fazem presentes. De uma maneira especial parabenizar V. Exa., pelo pronunciamento e por essa luta, que desde o início, quando assumiu a presidência da Comissão de Educação, vem lutando na busca resolver esse problema. Estivemos juntos muitas vezes nas Audiências, inclusive em Brasília. Sabemos que não é um problema tão simples, mas acreditamos que depende muito da vontade política, para resolvê-lo.

Temos a presença de vários Prefeitos e Vereadores aqui, que estão preocupados, porque eles contrataram esses professores que fizeram concurso e hoje não sabem o que fazer. Existe a ameaça de demissão, se não for resolvida a emissão desses diplomas.

Reforçar o convite do dia 15. Os professores da VIZIVALE, que foram alunos, estão articulando esse evento. Sabemos que isso atinge mais de 30 mil pessoas. Esperamos que esse problema seja resolvido, porque é urgente. Talvez, nesta tarde, possamos dar um grande passo, ao darmos uma solução. Porque senão, esses alunos pagarão novamente para fazer uma complementação e não terão esse diploma, esse curso reconhecido.

É bom ficarmos alertas e buscarmos ao máximo as forças políticas para resolvermos essa questão.

Obrigado, Deputado.

(Aplausos)

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Fazer um testemunho, para concluir. A Secretária Yvelise esteve em Brasília, em novembro do ano passado, em uma conversa com o Ministro, juntamente, com o Professor Lemos, a Deputada Luciana, o Deputado Litro e outros Deputados, os Deputados Federais Ângelo Vanhoni e Serraglio, o Presidente e o Vice-Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, representantes da Secretária Lygia, o Presidente a UNDIME, em uma grande caravana paranaense.

Conheci pessoalmente o curso da VIZIVALE - existem algumas críticas feitas pela Secretária Yvelise, mas também ela elogiou muito a qualidade do material. Ela, como conhecedora da Educação em todo o País, com uma vasta experiência, recomendou ao Ministro para que esse curso fosse regularizado, porque vocês aprenderam, tanto é que passaram nos concursos que fizeram aqui no Estado do Paraná. Acho que há uma boa vontade de todos nós. Com muita luta e esperança, iremos coroá-la de êxito.

Ontem, no Congresso Nacional da UNDIME, 2 mil e 800 pessoas aplaudiram em pé o Ministro da Educação, Fernando, pelo seu discurso do modelo de desenvolvimento de Educação no Brasil, pelo Governo Federal. Não é possível que neste momento tão importante para a Educação brasileira, das Conferências Municipais, tenhamos escolhido os verdadeiros bodes expiatórios - desculpem-me - 30 mil professores. Quem conhece a Educação brasileira sabe as falhas que existem.

Quantos diplomas são expedidos por universidades sem nenhuma condição? Não é possível que o Estado Brasileiro tenha escolhido vocês para pagar uma coisa que vocês não merecem pagar. Porque vocês são pessoas íntegras, que agiram de boa fé e são muito importantes para a educação das nossas crianças.

Parabéns a vocês! Continuaremos juntos nesta luta, que será vitoriosa.

Obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, professoras, professores que nos prestigiam na tarde de hoje.

Vejo a movimentação que acontece nesta tarde no plenário desta Casa, neste que é o grande fórum de debates da sociedade paranaense, e como tal não poderíamos nos furtar de receber os professores que vêm para cá para reivindicar uma ação rápida e que possa resolver definitivamente o problema de cada um de vocês que aqui estão.

Na vida, com certeza, buscamos construir sonhos. E os sonhos não se constroem isoladamente. Os sonhos se constroem do conjunto das forças daqueles que convivem diariamente conosco.

Imagino, colocando-me no lugar de cada um de vocês que aqui estão, que alimentaram na alma a construção desse sonho, de buscar o saber, de consolidar uma vida, de sacrificar os filhos, namorados, esposas e esposos, familiares, dedicando-se ao longo do tempo para buscar o saber e oferecer esse saber a serviço dos nossos filhos em todos os quatro quadrantes do Paraná, lamentavelmente, percebemos que esse sonho foi frustrado. Foram traídos. E não podemos conceder, de forma alguma, que continuemos nesse situação de inércia, fazendo com que esse sonho possa realmente ficar no otacismo.

E aqui, independente de cor partidária, porque este é o momento que transcende a vontade individualizada de cada Deputado, este é o momento em que se sobrepõe ao interesse particular de cada um de nós, aqui estamos para dizer a todos os professores representados por vocês, os demais 35 mil professores que fizeram esse curso na VIZIVALE, que esta Casa haverá de dar a resposta derrubando o veto do Governador e restabelecendo a justiça aos professores paranaenses.

Por isso, tenho a convicção de que não queremos o confronto com o Governador. Ninguém que aqui está, nem Oposição, nem Situação, busca o confronto. Pelo contrário, queremos o entendimento para resolvermos e equacionarmos definitivamente essa luta que vocês estão travando desde 2002 e quase arrasta por muito tempo.

É chegado o momento de darmos um basta. Queremos a sensibilidade do Governador. Deputado Péricles, e é neste sentido que tenho absoluta convicção de que o Líder do Governo, os demais Deputados que têm finalidade com o Governador, haverão de fazer o trabalho de convencê-lo a não entrar na Justiça se o veto for derrubado. Para prevalecer, acima de tudo, a justiça.

Por isso, quero dizer aqui desta tribuna: somos sete Deputados Estaduais do PSDB, cinco Parlamentares acompanham o Governo: Deputados Litro, Nishimori, Miltinho Pupio, Chico, Bühler e Accorsi, e empenho a nossa palavra, porque acabei de conversar com ambos, que todos os sete Deputados do PSDB acompanharão, derrubando o veto do Governador, beneficiando os senhores professores.

Quero, para encerrar, manifestar aqui a nossa gratidão, o nosso carinho, o nosso respeito aos mestres que estão na tribuna, e tenho certeza que esta Casa haverá de dar a resposta que tanto vocês esperam e tanto vocês sonham.

Que estes anos que vocês perderam possam ser recuperados com o empenho de todos nós, porque a sociedade realmente é eternamente grata aos mestres paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Último orador no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Augustinho Zucchi.

Deputado Augustinho Zucchi (PDT)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, uma saudação especial a todos os professores que nos visitam nesta tarde, e também os nossos cumprimentos às lideranças políticas que acompanham os nossos professores, os Vereadores, vejo aqui o Presidente da ACAM-SOP-13, da nossa Região Sudoeste do Paraná, os Prefeitos, Prefeito Elson Munareto, em seu nome cumprimento a todos os Prefeitos, já que V. Exa. é o Presidente da Associação, ACAMSOP, enfim, a todos os que acompanham os professores na terceira vinda a esta Casa.

Numa Audiência Pública aqui, Sr. Presidente, que a Casa proporcionou, quero ressaltar aqui que o trabalho do Deputado Péricles, talvez por ser Presidente da Comissão de Educação, incorporou e refletiu o trabalho dos demais Deputados, mas, todos os Deputados se envolveram nessa questão, embora a VIZIVALE seja uma faculdade da nossa Região Sudoeste, região que eu, particularmente, represento com muito orgulho nesta Casa.

E naquele momento da Audiência Pública estavam o IESDE, a VIZIVALE, a Secretaria da Educação, todos e tal, e então, no primeiro momento desta fala, que não devo demorar os cinco minutos, é para dizer o seguinte: não temos mais que procurar os culpados, por quê? Porque a nós não interessa mais se foi um problema do

IESDE, da VIZIVALE, não sei de quem foi, mas temos que saber que dentro desta procura de culpados, que não nos interessa, há apenas e tão-somente um inocente: é o professor que fez o curso. Aí alguém poderia dizer o seguinte: "Espera aí, mas houve problemas? Então, vamos devolver o dinheiro para os professores." Eu acho isto um absurdo, por quê? Porque o dinheiro não retroage no tempo, o dinheiro não vale o esforço, o dinheiro não é o sonho, o dinheiro não é o momento que todos dispenderam para fazer o seu curso. O momento agora é de pensar que isto interfere na vida de pessoas do nosso Estado, na vida da nossa Educação, na vida de nossos filhos. Não podemos deixar que os problemas sejam maiores do que a solução, que deve ser uma só: dar o diploma a quem fez o curso.

Então, Sr. Presidente, acho que aqui todos os Deputados poderiam falar e seria aplaudidos por vocês, por quê? Porque todos, todos vão votar.

Houve aí um entendimento.

Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. que me pedia para ser breve, inclusive, todos vão votar. Então, o aplauso não é para este Deputado, nem para aquele, nem apenas para o Deputado Péricles, embora tenha proposto o projeto. Aliás, digo aqui também, não sei se essa é a solução final, mas enfim, uma grande caminhada se faz de passos, e é um grande passo derrubar o veto do projeto que foi aprovado aqui.

Então, que os aplausos sejam aos professores, na sua dedicação, e que o reconhecimento seja o espaço democrático desta Casa. Porque esta Casa, como representante da população, através dos seus membros, abre as suas portas para receber os professores, para tentar encontrar uma solução para um problema criado por nós, mas que não interessa saber por quem. Apenas e tão-somente temos que achar a dita solução e passa, quem sabe, por este passo dado pela Assembleia. Se os aplausos podem ser dados, que sejam dados ao Poder Legislativo do Paraná, em que muitas vezes o Poder que é reivindicatório como o nosso, apenas e tão-somente é criticado. Mas num momento como esse serve de voz, de vertente, daquilo que é mais fundamental para um problema como esse, de um meio para encontrar uma solução premente na nossa sociedade.

Salve os professores! Vamos à derrubada do veto, que tenho certeza é a vontade e o compromisso de todos os Parlamentares.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Grande Expediente.

Conforme havíamos já pré-agendado, tendo em vista a polêmica em torno da cobrança criada da taxa de lixo das Prefeituras com a conta de água da SANEPAR, bem como a apresentação de um projeto nesta Casa sobre o assunto, nós, em contato com a SANEPAR, cedemos o

Grande Expediente da Assembleia para que fossem feitos esclarecimentos a esse respeito. É importante também, ao tempo que solicito a máxima atenção dos Srs. Deputados, para que se tenha conhecimento de um termo de ajuste de conduta junto ao Ministério Público Estadual, que deva regular em definitivo a questão junto às Prefeituras e à população.

Esta Presidência tem o maior cuidado com este caso, porque é de extrema importância para a sobrevivência de inúmeros Municípios. E nós, enquanto não tivermos, e já dissemos isso, dissecado todo o assunto, não colocaremos em votação essa matéria. E a coisa continua do jeito que está.

Por isso, trago hoje aqui, com muita alegria, com muita satisfação, a presença do ex-Deputado Natálio Stica, Diretor Comercial da SANEPAR, para que possa nos orientar, para que possa nos ajudar a esclarecer um tema tão importante como este. Por 30 minutos, V. Exa. tem a palavra, Deputado Natálio Stica.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

O convite foi feito ao ex-Deputado Natálio Stica por V. Exa.? Quero dizer que V. Exa. é o comandante nesta Casa, mas temos aqui professores de 300, 400 quilômetros. Sinceramente, tem dias que passamos aqui e não tem um grande debate. Este é um assunto que o Deputado Natálio Stica vai suscitar um grande debate e estaremos atrasando ainda mais a votação. Não sei qual é a saída. Mas se V. Exa. concordar, acho que poderíamos fazer um acordo de lideranças e anteciparíamos a Ordem do Dia, votaríamos e depois poderíamos tratar do assunto SANEPAR. Gostaria de propor a V. Exa., ao Líder da Oposição, Elio Rusch, e ao Líder do Governo, Luiz Carlos Romanelli, que está se somando à derrubada do veto.

Proponho isso até pelo bem-estar dos professores, porque eles já estiveram aqui. Se travarmos aqui o debate, porque antes mesmo do Natálio Stica falar eu já tenho muitas discordâncias sobre esse projeto, e quando há discordância suscita debates. Gostaria de ter o tempo necessário para debater, mas também não quero fazer aqui com que os professores fiquem até meia-noite esperando a votação.

V. Exa. é Presidente desta Casa, pela sensibilidade e pelo equilíbrio que sempre conduziu esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não vejo dificuldades, porque o Natálio Stica conhece bem as coisas da Casa, quero crer que a votação do veto não deverá se alongar. Acho muito importante a presença de V. Exa., Deputado, e tenho certeza que vamos discutir.

Se V. Exa. concordar de atrasarmos 15 minutos...

O SR. NATÁLIO STICA

Sem problema nenhum!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito às lideranças que encaminhem o requerimento pedindo inversão de pauta, para que possamos, o mais rápido possível, votar essa matéria.

Horário das Lideranças:

Passo ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao Deputado Reni Pereira.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Diante da consideração do Deputado Valdir Rossoni, quero dizer que quando V. Exa. falava da polêmica, na verdade não foi uma polêmica, foi um inquérito civil público, que a Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa moveu contra a SANEPAR e saiu uma conclusão, e acredito que é bom para os Municípios e principalmente para o respeito aos consumidores do Estado do Paraná.

Quero dizer que a Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa, nada mais fez do que perseguir a aplicação da lei também à SANEPAR, e ela se dispôs a cumprir a lei como todas as empresas do Paraná. Para nós, da Defesa do Consumidor, nos damos por satisfeitos, porque o consumidor do Estado do Paraná está sendo respeitado, e com certeza o interesse das Prefeituras que vão garantir um benefício para aqueles consumidores que optarem por essa forma de pagamento, também será garantido.

Era isso que eu tinha a dizer e o meu voto é pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Pela Ordem)

Quero abrir mão do horário do PPS para que possamos, urgentemente, votar esse veto.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Subo à tribuna para falar de determinados assuntos.

Estou vendo aqui uma posição de deixarmos de fazer uso dos horários que compõem uma Sessão Legislativa para apressarmos a votação dessa matéria que é do interesse de todo mundo, de vocês professores.

Acho que isso, Sr. Presidente, é forçar um pouquinho a barra, como se fala popularmente. Há quantos anos os sofridos professores estão nesta batalha? Há anos e anos. Então, não é um pronunciamento meu, por exemplo,

que vai atrapalhar a votação do veto que foi colocado pelo Governador Roberto Requião. A Assembleia Legislativa tem seu ritual, que no meu entendimento deve ser cumprido. Se lideranças querem abrir mão, acho que neste momento, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero solicitar aos senhores professores que, pelo menos pela nossa televisão, deem o exemplo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Deputado Waldyr Pugliesi, até para restabelecer uma questão, V. Exa. está coberto de razão, até porque estávamos fazendo o requerimento e enquanto isso o Deputado Waldyr Pugliesi contribuía para que o requerimento chegasse à Mesa. E nós, senhores professores, precisamos do voto do Deputado Waldyr Pugliesi, que vai - pelo menos pelo que ouvi nos bastidores - tem este posicionamento, é Líder do PMDB, uma das grandes lideranças. É importante que os senhores professores tenham conhecimento de que precisamos de todos os votos dos Srs. Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem a palavra assegurada por 10 minutos. E peço aos senhores professores que não se manifestem.

Concedemos a palavra ao Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Quero agradecer a intervenção do Líder Valdir Rossoni, porque ele coloca a questão nos seus devidos lugares. Agora, quero falar para os queridos professores que eu votarei contra o veto do Governador. Qual é o problema? Sr. Presidente, me aproveito para vir à tribuna porque hoje, professores, muitos dos quais estão aqui, muitos jovens, talvez não saibam que estávamos no Palácio do Governo para fazer a entrega de cheques que são reparação moral para pessoas que foram presas e torturadas. Algumas foram até assassinadas. E muitos de vocês, talvez, não conheçam esta história.

Então, queria usar este horário, até para que vocês tomassem conhecimento e nunca ficassem apoiando aqueles que querem destruir as leis, que são necessárias para se construir uma grande Nação. E ninguém constrói uma grande Nação sem a presença dos professores. É minha posição.

Sr. Presidente Nelson Justus, professores, a União é responsável por prisões, define o Superior Tribunal de Justiça. A Lei de Anistia, que pretende colocar um apagão em cima de muitos crimes que foram cometidos aqui neste País, mas lembro até a ação de um Juiz espanhol que decretou a prisão do ex-ditador Chileno, Augusto Pinochet, lá na Espanha. E decretou a prisão de vários militares argentinos que prendiam, colocavam helicópte-

ros, em aviões, lutadores pela democracia na Argentina, e jogavam em alto-mar. E querem que esqueçamos isso que fizeram aqui no País. Eu combati a ditadura militar, na minha insignificância, desde o primeiro dia. E quando hoje, através de uma lei que começou com o Beto Richa, que era Deputado aqui, e depois revigorada por duas vezes esta lei pelo Governador Roberto Requião, eu estava no Palácio das Araucárias, olhando brasileiros que foram humilhados, presos porque defendiam o Brasil, como eu acho que fiz, no meu cantinho.

E vocês, professores, não podem ignorar estas coisas. Vejam a decisão: *A Lei de Anistia não apagou todos os crimes praticados durante a ditadura militar. A polêmica, que já foi travada internamente no Governo e espera um veredito do Supremo Tribunal Federal, foi antecipada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento de um caso específico. Por três votos a dois, uma das turmas do STJ ordenou a União a indenizar, por danos morais, com R\$ 100 mil, as filhas de Álvaro Eugênio Cabral, ex-Vereador de Rolândia.*

Eu conheço muito bem o caso, porque eu era praticamente um menino, mais já integrado na luta em favor das transformações que precisamos fazer neste País. Então, agora, o supremo toma esta decisão. E temos que nos submeter às leis. Sem a lei, não existe salvação.

Vejam bem, um amigo meu, o Deputado Rubens Paiva, ele é tirado de casa com a pecha de ser comunista e que estava lutando contra o Brasil. Ele foi preso e foi liberado. Dali a pouco foram atrás dele, novamente, ele foi dirigindo o carro dele. Resultado: foi preso, torturado, assassinado. E a família e nós, seus companheiros, não conseguimos encontrar nem os ossos do nosso companheiro Rubens Paiva.

Há tempo para lutar pela Educação. Mas, acima de tudo, temos que travar nossa luta em favor da democracia, da justiça, da transformação da sociedade, porque é impossível aceitarmos, por exemplo, que aqui neste País ainda tenhamos analfabetos, que são analfabetos não por culpa deles, mas por culpa da sociedade que está montada neste País.

Eu sempre me coloquei contra este estado de coisas. E agora eu estava falando, Deputado Valdir Rossoni, que muito contribuiu para este pronunciamento, com sua intervenção, temos no jornal O Estado de São Paulo, como outros jornais também, a Gazeta do Povo, publicou o Estado do Paraná, a Folha de São Paulo; agora, porque houve a filtragem, se chegou à conclusão do assassinato deste companheiro, do Rubens Paiva.

Estes crimes que foram cometidos contra a humanidade são imprescritíveis. Não queremos esquecer estas coisas, porque é impossível esquecer. Estão na minha memória. Os companheiros Brianese e Antonio dos Três Reis de Oliveira, que acaba de ser homenageado agora, pelo Governador Roberto Requião, com a construção de uma monumental escola na Cidade de Apucarana, não posso me esquecer desses que foram assassinados, porque se levantaram contra a injustiça a que estavam submetidos.

Vocês devem lutar firmemente pela realização dos sonhos que vocês carregam no coração. Mas, na hora da análise, por exemplo, quando eu falei aqui que usaria o horário da liderança, vocês se manifestaram de uma maneira em relação a um voto que é favorável a vocês.

Não sei. Todas as vezes que se colocam coisas diante das pessoas, elas têm a obrigação de analisar o que está ali. E não formar juízo apressado. Tenho acompanhado esta luta aqui na casa há muito tempo. Mas, neste dia, Deputado Luiz Carlos Martins, quando se faz a entrega de algum cheque para algumas pessoas no Palácio do Governo, acho que precisamos prestar uma homenagem àqueles que fizeram as leis e àqueles que cumpriram as leis nesse sentido, porque a reparação não é algum ganho que possa ser declarado, como querem muitos amanhã, através do Imposto de Renda, dizendo que tiveram acréscimo patrimonial. As pessoas são humilhadas, são presas por convicção, são muitas, como eu falei aqui, assassinadas e tenho amigos que foram presos e outros conhecidos que simplesmente desapareceram da face da Terra.

Portanto, avançamos. Avançamos neste Governo do companheiro Lula, com o qual temos divergências, mas não podemos rasgar o tecido dessa aliança que levamos para as ruas tantas e tantas vezes. Então, olha só uma das manchetes aqui: *Procura por ex-Deputado irritou o Exército.* Tenho o maior respeito por aqueles que usam fardas e honram a Nação, mas quando alguém coloca a farda para cometer crimes, esses crimes precisam ser levantados, analisados e punidos com rigor. Ninguém pode vestir a farda para praticar os crimes que foram praticados neste País.

Sr. Presidente, encerro e quero dizer a todos vocês que avançamos no dia de hoje com a entrega desses cheques a brasileiros que foram torturados, presos e humilhados. Mas, não basta só a reparação pecuniária, pois é preciso que eles sintam na alma que não fizeram nada de errado, pois é preciso que eles sintam na alma que não fizeram nada de errado, que eles continuam ainda, com as suas convicções, trabalhando para que nós, professores, Parlamentares, o povo brasileiro, todos nós trabalhando pela construção de uma grande Nação. É isso que nós esperamos!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, no horário do Bloco PTB/PR, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores, senhores professores aqui presentes.

Só quero dizer, Sr. Presidente, que quero concordar com o Deputado Waldyr Pugliesi, que não temos pressa

para votar esse tema e até quero dizer que o meu voto é favorável a vocês, porque acho que é um direito legal de vocês. Acho que nenhum Deputado aqui vai votar contra. Não se preocupem, é a garantia de que a maioria vai votar para vocês. Esse negócio de pressa - depois dizem que fazemos tudo correndo - vejo aqui às vezes Deputados até da Oposição dizendo: "Mas estamos votando um projeto correndo, deveríamos discutir mais". Ouve-se falar muito isso aqui no plenário, quando há interesse.

Então, quero concordar com o Deputado Waldyr Pugliesi. Temos é que discutir de onde veio essa confusão, que parece que agora quer se resolver rapidamente. Queria perguntar, até para os professores que estão aqui, porque o que me chamou a atenção foram esses números. Onde foi parar esse dinheiro arrecadado dos senhores? É em torno de R\$ 4 mil o que cada um pagou por esse curso, não é?

O SR. LUIZ FERNANDES LITRO (PSDB)

São R\$ 4 mil 650 por cada professor. Essa é a informação que tenho. A informação que tenho é de que são R\$ 196 milhões no total.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Vamos arredondar, como o brasileiro faz, os proprietários dessa empresa faturaram em torno de 170 milhões. Roubaram de vocês, porque o curso não tem valor, porque hoje vocês estão aqui reivindicando uma coisa que é um direito de vocês. Quem era o dono dessa empresa que pegou o dinheiro? Quem é que autorizou fazer esse curso aqui no Estado do Paraná? Quem tinha o poder de autorizar isso? Vamos à profundidade. Quem é que deixou fazer essa picaretagem? Não temos pressa de votar, não. Vamos votar a favor, sim, Deputado Pugliesi. Agora, quem foram os picaretas que fizeram isso? Quanto levaram? Onde foi parar esse dinheiro, como disse o Deputado Belinati, aonde que foi esse dinheiro? No bolso de quem? Quem é que botou esses 160 milhões no bolso? Quem botou? Aonde foi parar esse dinheiro? E vocês sofrendo, o Tribunal de Contas exigindo. Então, queria perguntar: quem é que autorizou fazer algo que era ilegal? Primeira pergunta.

Deputado Péricles. V. Exa. tem lutado, eu tenho acompanhado sua luta aqui, V. Exa. tem falado todos os dias desse assunto aqui, merece todos os elogios, em nome de todos os Deputados, porque é um dos que mais lutou nesse caso aqui. Eu tenho acompanhado a sua luta como Presidente da Comissão de Educação desta Casa. Agora, segunda pergunta: nós vamos derrubar o veto, Sr. Presidente, aqui tem perto de 50 Deputados, 43, vão chegar mais alguns, vamos derrubar o veto, eu acho que vão vai ter nenhum contra. Agora, derrubado o veto, há garantia de que amanhã, daqui a 15 dias, os senhores daqui a 30 dias vão estar legalizados? Alguém pode me responder essa pergunta? Há garantia disso? Porque senão, daqui a 30 dias, os senhores vão bater aqui e dizer: "Não, os Deputados nos enganaram". Nós não queremos enganar

ninguém. Eu jamais votaria contra um princípio que eu vejo que é legal. Agora, daqui a 30 dias quem decide isso, É o Conselho Estadual? É o Governador que tem o Poder lá agora. É Brasília? É o Conselho em Brasília? Me parece que é Brasília. Qual a garantia que temos de Brasília que vai ser liberado aquilo que foi feito de forma ilegal, e vocês não têm culpa? Mas que alguém neste Paraná autorizou, que ninguém quer falar. Por que ninguém quer falar? Que ano foi feito isso, quem autorizou? Quem embolsou a grana? Qual a garantia deles?

O Sr. Péricles de Mello (PT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Essa foi a linha do meu discurso. Quem autorizou o curso da VIZIVALE foi o Conselho Estadual de Educação, em 2002. O Conselho Nacional deu dois pareceres favoráveis ao curso, e só foi dar o parecer contrário em 2007, quando a terceira turma desse curso da VIZIVALE já estava concluindo o curso. Então, o Conselho Nacional deu um parecer contrário. Bom, os professores sabem que a derrubada do veto pode não ser uma solução definitiva, eu falei isso também, mas é uma etapa da nossa luta e da nossa organização para sensibilizar as autoridades. Então, a estratégia qual é? Derrubamos o veto hoje, vamos conversar com o Governador Requião, com várias lideranças, para mostrar as contradições do processo. Acho que o Governador Requião tem tido autonomia em muitas lutas, questionando inclusive o Governo Federal, ele vai ter uma posição nesse sentido também nesse caso. E acredito que se os Reitores forem sensibilizados por nós e fizermos um ajuste de conduta com o Ministério Público, Conselho Estadual de Educação...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas o Governador tem o poder de decisão? Porque ouvi discurso aqui dizendo que a culpa é do Governador. Só para esclarecer. Então, o Governador não tem o poder de voltar isso hoje?

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Não, não diria que a culpa é dele. Se ele tivesse sancionado o projeto era uma outra situação, mas ele vetou. Vamos derrubar o veto e sensibilizá-lo a encampar essa luta junto conosco para buscar um ajuste de conduta entre o Governo do Estado, a Secretaria da Ciência e Tecnologia, os Reitores das universidades, a Assembleia Legislativa, a Promotoria Pública e o Conselho Estadual de Educação. Esse ajuste de conduta dá segurança aos Reitores para registrarem o diploma e achamos que temos condições de resolver o problema dessa forma.

Muito obrigado.

O Sr. Professor Lemos (PT)

A Procuradoria Geral do Estado do Paraná já foi instalada pelo Conselho Estadual de Educação e já se pronunciou. Qual foi seu pronunciamento? De que o Conselho

Estadual de Educação do Paraná tinha e tem autonomia para autorizar o Programa de Capacitação e Formação em Serviço. Foi feito exatamente isso, com base no artigo 87 da LDB. O que levou o Conselho Nacional de Educação, por duas vezes, dar parecer favorável.

Em 2007, após terem concluído os cursos e teriam os diplomas, foi que o Conselho Nacional reformou sua decisão, com base num outro artigo da LDB, que é o artigo 80.

Podemos resolver isso, e se o Governador ajudar, resolveremos isso hoje ainda. Não há impedimento em Brasília, o Ministro já disse que podemos resolver isso aqui no Paraná. O que queremos é encerrar essa novela, fazendo um apelo ao Governador e a todos os Deputados.

Muito obrigado.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Foi autorizado pelo Conselho Estadual de Educação este curso. Foi convalidado novamente pelo atual Conselho Estadual de Educação. O que temos aqui é uma demonstração política para dar forma para esta causa, que está sendo comandada pelo Deputado Péricles e por aqueles que querem que esta causa seja vitoriosa.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

É bom debater, pois a pressa acaba atrapalhando algo importante. Meu voto é favorável, mas fica a lembrança que alguém lá atrás “meteu a mão” em você. Parabéns e estamos juntos!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulta as Lideranças da Oposição e da Situação. (Declinam)

Há sobre a mesa requerimento, assinado pelo Líder do Governo e pelo Líder da Oposição, requerendo a inversão da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão Plenária. Coloco em votação o requerimento. **Aprovado.**

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício s/n°, subscrito pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 04 de maio, devido ao fato de estar participando da 2ª Reunião Nacional do PRB, na Cidade do Rio de Janeiro. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação n° 557/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, atenção à necessidade de fornecimento de um veículo para uso do Conselho Tutelar do Município de Capitão Leônidas Marques. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 558/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, reforma e ampliação do posto de saúde e clínica de fisioterapia do Município de Japurá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 559/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, liberação de recursos para o Departamento de Saúde do Município de Ângulo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações n° 560 a 564/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, viabilização de uma Biblioteca Cidadã, para os respectivos Municípios: Morretes, Mandirituba, Lapa, Jacarezinho e Itaperuçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações n° 565 a 569/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, viabilização de aparelho de ecografia para os respectivos Municípios: Paranaguá, Rio Negro, Roncador, Piraquara e Peabiru. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 570/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a construção do Hospital Municipal de São Miguel do Iguaçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 571/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, construção do acostamento da rodovia entre Dois Vizinhos e Pato Branco. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 572/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, construção do centro comunitário no Município de Clevelândia. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 573/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, construção de uma lombada eletrônica na rodovia entre os Municípios de Dois Vizinhos e Pato Branco. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 574/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, a mudança de destinação do prédio a ser construído entre a Penitenciária Estadual de Maringá e o Centro de Detenção Provisória de Maringá, para abrigar unidade de produção industrial. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 575/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, atenção especial ao atendimento das necessidades de recursos para aquisição de um caminhão basculante para o Município de Jussara. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 576/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a construção de duas passarelas para pedestres na rodovia PR-323, no perímetro urbano do Município de Paçandu. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 577/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, providências urgentes para os problemas de falta de equipamentos, efetivo e viaturas no destacamento da Polícia Militar no Município de Terra Boa. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 578/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação, especial atenção ao atendimento de construção de uma escola estadual para atendimento de alunos de 1ª a 5ª série com 3 mil e 400 m2, no Município de Moreira Sales. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 579/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, atenção especial ao grave problema de falta e viaturas policiais, no Município de Campo Mourão. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 580/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Obras, atendimento especial para construção de banheiros pré-fabricados no Distrito de São Vicente, Município de Araruna. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À **Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À **Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À **Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À **Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À **Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À **Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2083, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Elio Rusch, constante do expediente, solicitando a inversão total da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À **Diretoria Legislativa.**

Discussão / Votação

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Discussão Única - Proposição

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 519/07, de veto aposto ao Projeto de Lei nº 780/07 de autoria do Deputado Péricles de Mello, que determina que a Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICETRO), e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) procedam os registros dos diplomas expedidos pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - VIZIVALE. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

OF/CTL/CC nº 519/07

Curitiba, em 27/12/07.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 431/07, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 780/07, por considerá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo determinar que a Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) e a Universidade de Ponta Grossa (UEPG), procedam ao registro do diploma de conclusão do Programa de Capacitação em Serviço para Docência dos anos iniciais do ensino fundamental e da educação infantil, na modalidade semi-presencial, expedidos pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - VIZIVALE.

A Carta Magna, no artigo XXIV, dispõe que é competência privativa da União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional e o artigo 211 estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

Ressalte-se que o artigo 66 inciso IV da Constituição Estadual assevera que é competência privativa do Governador do Estado a criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública, sendo que a proposta fere o dispositivo constitucional acima citado, visto que adentra a iniciativa do Poder Executivo ao determinar que as Instituições Públicas Estaduais registrem os diplomas de conclusão de curso de instituição municipal.

Em que pese o entendimento do legislador, é evidente que a determinação proposta no referido projeto de lei deve passar pelo crivo do Conselho Estadual de Educação e pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, visto que fazem parte sistema de ensino do Estado, como dispõe o artigo 55 da Lei Estadual nº 4978, de 05/12/64, vejamos:

Art. 55. Todos os estabelecimentos de ensino cujo funcionamento houver sido autorizado pelo Estado, nos termos desta lei, ficarão sujeitos a inspeção do Poder Público Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar do projeto de lei em tela e restituo à Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 780/07, encontra-se publicado no DA nº 140/07, de 31/10/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 015/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 780/07 de autoria do Deputado Péricles de Mello, que determina que a Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) procedam os registros dos diplomas expedidos pela Faculdade Vizinhança - Vale do Iguaçu - VIZIVALE, foi vetado pelo Governador do Estado por considerá-lo inconstitucional, uma vez que invade a competência privativa do Chefe do Poder Executivo.

Fundamentação

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado, ao julgar um processo inconstitucional, pode vetá-lo, num prazo de 15 dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de 15 dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de 48h, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto (...)

A Comissão de Constituição e Justiça verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Conclusão

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao plenário

Sala das Comissões, em 27/02/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

TADEU VENERI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Como se trata de veto, deverá ser feito no painel por votação nominal.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Rapidamente Sr. Presidente, quero registrar a posição do Democratas nesta Casa, que votamos a favor dos professores, pela derribada do veto. Obrigada.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Para encaminhar, Presidente.

(Assentimento)

Em nome da Deputada Cida Borghetti, do Deputado Ney Leprevost, do Deputado Duílio Genari e em meu nome, também vamos votar pela derrubada do veto, mas queremos fazer um registro. São mais de 30 mil professores e professoras que serão beneficiados com esta Sessão histórica de hoje, e um registro, Sr. Presidente, os 30 mil professores e professoras que serão beneficiados têm que ficar de joelhos e agradecer estes colegas que vieram aqui, porque lotaram a galeria, mostrando a força de vocês. É pela força, é pela vinda de vocês aqui que o veto será derrubado e vocês vão sair daqui vitoriosos.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Belinati, também peço vênica para fazer um registro. Está vendo como, às vezes, é oportuno quebrar o Regimento Interno para atender valores maiores?

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só para registrar a posição do PPS. Vamos votar contra, vamos derrubar este veto proposto pelo Sr. Governador Roberto Requião. A todos os professores parabéns por esta data histórica na Assembleia Legislativa!

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, veja só como que é a vida. Estamos aqui calados, quietos, ouvindo os pronunciamentos. O nosso líder, Deputado Waldyr Pugliesi, utilizou a tribuna. Uma coisa que o nosso Governo não criou, porque como foi dito, esse processo começou em 2002 e o Governador Requião tomou posse em 2003. Quando aprovamos essa

lei aqui nesta Casa, inclusive o Deputado Caíto Quintana foi o relator e fez um substitutivo geral, todos discutimos, com muita profundidade, porque sabíamos que estávamos com dificuldades, uma vez que tínhamos que superar a questão da legalidade da lei que estávamos votando.

O Deputado Presidente da Comissão de Educação, Péricles de Mello, sabia que era uma ferramenta que tínhamos para poder forçar uma barra para resolver o problema de 35 mil professores no Estado do Paraná

Mas, estamos aqui, Deputado Nelson Justus, já fizemos Audiências Públicas no Paraná inteiro, aqui dentro desta Casa, já fomos a Brasília, já percorremos os caminhos para encontrar uma solução para esse problema, sem demagogia, sem discurso, sem oferecer, na verdade, sonhos que amanhã poderão não acontecer.

Vamos votar pela derrubada do veto, porque o Governador Requião nos liberou para votarmos a favor da derrubada do veto. Agora, se o Governador Requião quisesse, o veto não seria derrubado. Portanto, é preciso que coloquemos as coisas nos seus devidos lugares. Vamos derrubar o veto e vamos continuar trabalhando para que esse problema, definitivamente, seja resolvido. Para que os professores, que na boa fé fizeram o curso à distância, através do IESDE e da VIZIVALE - inclusive eu, particularmente, fui paraninfo de tantas turmas que concluíram, com muito sacrifício e empenho - possam definitivamente exercer a profissão para a qual eles foram diplomados, concluíram o curso, concluíram o grau.

Então, agora não dá. O Deputado Jocelito Canto foi muito oportuno quando criou aqui alguns questionamentos, porque eu me lembro que em Governos anteriores os professores enchiam as galerias desta Casa e se enchia de discurso. Os professores iam embora. E as coisas ficavam do mesmo jeito. O Plano de Cargos e Salários ficou 10 anos nas gavetas. Portanto, é preciso que se diga aos professores que aqui estão que vamos derrubar o veto, mas ainda vamos ter que lutar muito, esta Casa vai ter que estar do lado da APP-Sindicato, dos professores, do Conselho Estadual de Educação, conversar com o Governador Roberto Requião para que ele não entre com uma ADIN declarando a nossa lei inconstitucional. E com todas essas forças somadas, possamos definitivamente encontrar uma solução, que é o que todos nós queremos.

Então, não quero dizer que nós - eu que sou do PMDB, sou defensor do Requião, com muito orgulho, aqui nesta Casa e por toda parte onde ando - dizer que estamos aqui fazendo corpo mole, afrouxando para não resolver um problema que afeta 35 mil paranaenses e aos seus familiares. Queremos ajudar a resolver e por isso, com certeza, o PMDB tem 17 Deputados nesta Casa. E os nossos 17 Deputados, com certeza, irão votar pela derrubada do veto.

(Aplausos)

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, apenas para registrar a decisão do Bloco Independente, representado pelo PV, PRB e PSB,

somo favoráveis à derrubada do veto, porque entendemos que a Educação é a única forma de transformar o nosso País no País que nós precisamos e merecemos.

Muito obrigada.

O SR. LUIZ FERNANDES LITRO (PSDB) (Para Encaminhar)

Agradecer a oportunidade dos professores estarem aqui, ao Deputado Péricles, que sempre esteve à frente, aos Deputados Lemos, Luciana, Caíto, todos os Deputados. Eu, como Vice-Líder da Bancada do PSDB e o Traiano, já demos os nossos votos favoráveis.

Há uma extensão de uma faculdade de Palmas, na minha Cidade, a VIZIVALE, e por má-administração levaram os professores a fazer esse curso, para não terem o diploma hoje. Os professores não terão que pagar por isso. Porque nós, Deputados Estaduais, por unanimidade, iremos votar pela derrubada do veto do Sr. Governador. Quem era o Presidente do Conselho Estadual na época? Não importa o montante, mas a quantia é muito grande para um curso de longa distância. Os professores não vão pagar por isso e já entraram com várias ações judiciais, porque é um direito deles. Temos um entendimento com o Deputado Péricles, depois de tudo solucionado, para sabermos onde foi parar esse montante de dinheiro, não sei se de 196 milhões ou de 140 milhões.

(Aplausos)

O SR. CHICO NOROESTE (PR)

Sr. Presidente, para encaminhar?

(Assentimento)

Cumprimentar a todos, os professores que aqui compareceram demonstrando força, união e vontade de resolver este problema, que já se arrasta por muito tempo.

Na Cidade de Foz do Iguaçu, por diversas vezes fui convidado para ser paraninfo. Parabenizamos os professores por terem galgado, conseguido a formação superior, que não é muito fácil neste País. Para vocês terem uma idéia, as estatísticas nos mostram que somente 5% do povo brasileiro consegue a formação superior. Vejo hoje que esse professores que tiveram a sua formação, através da VIZIVALE, estão frustrados. Se a derrubada desse veto, hoje, aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, não for uma solução definitiva, certamente será um passo importante para que esse problema seja resolvido.

Portanto, os professores que aqui estão e também os professores que nos assistem neste momento pela TV Assembleia, contem com a nossa solidariedade, com o meu apoio contem com o meu voto da derrubada deste veto do Sr. Governador Roberto Requião.

(Aplausos)

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Quero anunciar os votos do PT, Sr. Presidente, todos os votos favoráveis à derrubada do veto e quero

agradecer, como sou autor do projeto de lei junto com o Deputado Caíto e demais Deputados, destacar a presença de 46 Deputados, à tarde, homenageando os professores que vieram aqui de boa vontade. E temos a certeza que o Governador Requião será sensível à nossa luta.

Obrigado e parabéns aos professores.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Prezado Deputado Nelson Justus, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Queria encaminhar a votação como Líder do Governo nesta Casa. E faço no resgate do que foi esse projeto de lei. Quando o Governador Requião ligou para o Deputado Péricles e para mim, para que pudéssemos apresentar um projeto de lei para buscar uma forma de regularizar a questão que envolve os diplomas dos profissionais da área de Educação, que fizeram o curso à distância da VIZIVALE, foi esse projeto de lei que fez com que tivéssemos o projeto atual. Porque o Deputado Caíto Quintana apresentou uma emenda substitutiva geral que incluiu, aí sim, porque originariamente só estavam aqueles que eram funcionários das Prefeituras Municipais que incluiu o substitutivo geral, os 35 mil profissionais da área da Educação que frequentaram, que fizeram esse curso.

Por que estou contando essa história? Porque esse projeto de lei nasceu da vontade política do Governador Requião, no sentido de resolver essa situação. E por que o veto do projeto de lei? O veto é por conta do posicionamento do Ministro da Educação.

O Ministro da Educação, Fernando Haddad, é contra o reconhecimento e o fornecimento do diploma de todos os profissionais que fizeram, com muito sacrifício, esse curso. E hoje, nos deparamos com uma situação que temos debatido intensamente esse tema, e depois das conversas longas que o Deputado Péricles, com um grupo de companheiros, como a Deputada Luciana, os Deputados Caíto, Valdir Rossoni, lutaram para que o Governo Federal voltasse atrás, e o Conselho Nacional de Educação reconhecesse a possibilidade da emissão pelo IESDE/VIZIVALE dos diplomas. Chegamos a esse ponto em que durante essa semana o Deputado Valdir Rossoni, juntamente com o Deputado Péricles, me procuraram como Líder do Governo, para que pudéssemos buscar esse instrumento legal que é uma tentativa de poder, de fato, superar esse impasse que estamos vivendo por conta da intransigência do Ministro da Educação. Porque ele chegou um dia a me destratar pessoalmente no Palácio das Araucárias, quando fui tratar desse tema com ele.

Então, quero encaminhar essa votação no sentido de poder, de fato, derrubar o veto, Presidente Nelson Justus, para que V. Exa. possa promulgar esta lei, que esta lei possa ser o instrumento legal e que possamos buscar, com decisões judiciais, tentar fazer validar estes diplomas. E vou dizer o seguinte: o Governador Requião, não achem aqui os professores e professoras que estão hoje aqui, que

ele é insensível a este tema. De maneira nenhuma. O tema concreto é o seguinte: da forma como está, se o Governador sanciona o projeto de lei, ele será processado por crime de responsabilidade.

Por isso que a promulgação, Sr. Presidente, por V. Exa., da derrubada do veto por esta Casa, significará o instrumento legal que poderá acionar um outro momento e que possamos encontrar uma solução.

Então, Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: é o primeiro veto que eu, como Líder do Governo, encaminho aqui para ser derrubado.

É assim que eu gostaria de ver a nossa bancada votando.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Os Deputados que forem favoráveis ao veto votam com a expressão SIM.

Os Deputados que forem contrários ao veto e favoráveis ao projeto votam com a expressão NÃO.

Para a derrubada do veto deveremos obter 28 vetos com o advérbios NÃO.

Votando.

(Pausa)

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

O meu voto não está sendo computado. Voto NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder a apuração.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, só para deixar registrado que meu voto não está sendo computado em nenhum dos terminais.

Voto com a expressão NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder à apuração.

Quarenta e quatro senhores votando com a expressão NÃO.

Está derrubado o veto.

(Tumulto no plenário)

Grande Expediente:

Vou suspender a Sessão e vou solicitar ao Deputado Natálio Stica, por gentileza, agradecendo a paciência. Tenho certeza que se V. Sa. estivesse aqui também votaria NÃO. Portanto, V. Exa. tem 30 minutos, para que voltemos ao Grande Expediente. Solicito a máxima atenção dos Srs. Deputados, por gentileza.

Com a palavra o Sr. Natálio Stica.

Sr. Natálio Stica

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero, em nome da SANEPAR, agradecer a oportunidade que o senhor nos dá para que possamos

vir esclarecer esse equívoco que aconteceu nos últimos meses em relação à cobrança da taxa de lixo na conta de água da SANEPAR. Muito obrigado, Presidente, pela oportunidade. Quero inicialmente dizer que a Lei nº 14445, que é a Lei do Saneamento Básico, determina que saneamento básico é água, esgoto e também resíduos sólidos. Digo isso, Srs. Deputados, para mostrar porquê a SANEPAR, uma empresa pública de saneamento básico, está se preocupando já há muito com a questão dos resíduos sólidos.

Não é objeto desta reunião de hoje, mas gostaria de dizer aos Deputados que operamos um aterro sanitário na Cidade de Cianorte. Lá temos um aterro sanitário que é modelo de um bom aterro, operado com todas as condições de um aterro bem operado no Estado do Paraná. Inclusive gostaria de deixar à disposição dos Srs. Deputados, quando estiverem passando pela região de Cianorte, que façam uma visita ao nosso aterro para ver o cuidado que temos com a questão do meio ambiente dos resíduos sólidos.

Mas hoje não vou falar aqui de aterro. Quero falar da cobrança da taxa do lixo dos Municípios na cobrança da conta de água. Deixei uma pasta para cada um dos senhores, uma pasta azul, onde tem o termo de ajuste de conduta, que quero falar sobre ele. E abrindo aqui os senhores vão ver os 59 Municípios no Estado do Paraná que temos prestação deste serviço. A SANEPAR presta serviço de água e esgoto em 344 Municípios do Paraná. E um em Santa Catarina, que é Porto União, que é conjunto com União da Vitória. Dos 344, 59 têm termo de acordo pedindo para que falamos a cobrança da taxa de lixo na conta de água. Como que é feito esse contrato? É um serviço que a SANEPAR presta aos Municípios que têm a concessão de água e de esgoto. Esse serviço, portanto, é um benefício prestado para que a cobrança se dê da melhor maneira possível, porque sendo cobrado apenas no IPTU, onde normalmente a inadimplência, é muito grande, Sr. Presidente, e aos resíduos sólidos, infelizmente, no nosso País não é dada a devida importância, queria fazer um pedido aqui hoje: para que esta Assembleia Legislativa do Paraná, com toda a responsabilidade que tem com o nosso Estado e com a nossa gente, que a partir de agora ousem fazer com que a questão dos resíduos sólidos seja tratada no nosso Estado com o respeito que é devido.

O meio ambiente ainda não é tratado da maneira que merece no nosso País, e no nosso Estado não é diferente. Vai chegar um dia em que não vai mais adiantar lamentarmos. Já estamos sentido o impacto do aquecimento global, que há dois anos atrás ninguém acreditava.

Já estamos vendo o que dizia Antonio Conselheiro, lá atrás: “O sertão vai virar mar”. Hoje o Maranhão, o Piauí estão embaixo d’água. Tudo é provocado pela agressão que fazemos ao meio ambiente, e eu quero dizer porquê a SANEPAR tem uma postura muito séria na questão do meio ambiente. Não é só porque a Lei nº 14445, que determina que resíduos sólidos é tam-

bém questão de saneamento básico, é lei. Nós já fazíamos isso no Paraná e eu não era da SANEPAR, eu era Deputado junto com os senhores e a SANEPAR já operava o aterro de Cianorte, porque se preocupa com a questão do meio ambiente, com o lençol freático.

Temos hoje, mais de 200 lixões no Estado do Paraná. Os Governos Requião e Jaime Lerner investiram muito dinheiro com os Municípios, para que esses fizessem os seus aterros. Só que ao entregar o aterro pronto, logo em seguida, se torna um lixão, porque não tem condição de operar, não tem a matéria-prima suficiente e a garantia de uma operação com qualidade, com condição. Então, se tornam lixões.

Estamos preocupados com o lençol freático, que é afetado com o chorume, com o subsolo, com a água que recebe esses chorumes, e temos na água a matéria-prima escassa no nosso País, e por isso a nossa preocupação.

Como é que os Municípios podem ter a mínima condição de garantia do tratamento dos seus resíduos sólidos, pagando à empresa que, via licitação, faz a coleta, ou o caminhão para que a Prefeitura tem para a coleta, a destinação final através do seu aterro ou do aterro que eles pagam para mandar os resíduos sólidos, que é um custo e esse custo é cobrado na maioria dos casos no IPTU? O IPTU tem inadimplência, o Prefeito não pode pagar porque não recebeu. O que é que ele faz? Tira dinheiro de uma outra rubrica, ou da Saúde, ou da Educação, porque ele vai ter que pagar senão vai se acumular lixo nas ruas. A SANEPAR, ao prestar esse serviço, qual é a vantagem para o Município? Recebe praticamente sem inadimplência, então ele cumpre as suas obrigações.

Como é feita essa cobrança? O Município chama a SANEPAR, conversamos e passa uma autorização pela Câmara Municipal. As Câmaras Municipais autorizam ou não a cobrança via SANEPAR. Os valores quem determina é o Município, com autorização da Câmara Municipal. Não é a SANEPAR que diz quanto. O Prefeito diz: “Precisa arrecadar um valor “X”, por exemplo, 100 mil por mês para pagar a coleta e o tratamento final dos resíduos e isto é feito os cálculos e dito quanto é para cobrar de cada contribuinte e nós procedemos à cobrança.”

No nosso contrato, assinado com o Município e autorizado pela Câmara, tem uma cláusula que diz que a qualquer momento o contribuinte que não queria pagar via SANEPAR, ele faz o pedido e é retirado.

Aqui assumimos e reconhecemos uma falha: não existia uma divulgação ampla para a população. A maioria não sabia e acabava pagando ou chiando, mas de fato, não havia uma divulgação.

Houve uma ação cível no Município de Paranavaí e essa ação cível obrigou-nos a discutir com o Ministério Público. Somados a essa ação do Município de Paranavaí, também provocada pelo Deputado Reni Pereira que aqui está, o Ministério Público quis discutir no Estado do Paraná e aproveitamos e fizemos uma discussão para ver qual era o acerto que poderíamos fazer.

Aqui está uma cópia do termo de ajuste de conduta, assinado pelo Ministério Público. Não vou lê-lo, porque é bastante extenso e os senhores têm em mãos. Mas posso resumir rapidamente no que consiste.

Basicamente a partir deste momento, vamos fazer uma ampla divulgação na nossa conta de água para aqueles que pagam a conta também da taxa do lixo, dizendo que se ele não quiser pagar pela SANEPAR, basta ir à Prefeitura ou ligar no 115 para darmos as informações. E nós retiramos e mandamos de volta à Prefeitura. Porém, vamos dizer para o contribuinte que o pagamento da taxa do lixo é compulsória. Ele é obrigado a pagar, aonde tem estipulada. O fato de ele não querer pagar na conta da SANEPAR, não torna-o isento. Ele vai pagar de outra maneira, seja carnê do IPTU do ano que vem, seja no boleto bancário, o que normalmente é mais caro. Isso será explicado.

Não bastasse isso, o TAC garante para, a partir de janeiro do ano que vem, os Municípios que assim desejam continuar e os que vierem a entrar pedindo a cobrança, vão emitir o carnê do IPTU e no carnê vai sair uma página específica da taxa do lixo. Lá vai dizer para o contribuinte: sua taxa de lixo referente ao exercício de 2010 é de tanto. Vamos supor, aqui, de R\$ 100. Formas de pagamento: normalmente para pagamento à vista, com desconto, o exemplo que pegamos para o TAC foi do Município de Paranavaí, ele dá três opções para pagamento: à vista, 12 de janeiro, com 20% de desconto; 10 de fevereiro, com 15% de desconto, 10 de março com 10% de desconto. Não quer dizer que todos os Municípios o façam desta maneira. O Prefeito pode dar uma só vez, duas, enfim.

Segunda opção: não querendo pagar à vista com os descontos, numa única parcela, o pagamento será emitido na conta da SANEPAR, em água e esgoto, em Paranavaí, em oito vezes, a partir de abril. Nas demais, acredito que fique em uma ou duas, à vista, e a partir de 10 de março em 10 vezes, na conta de água da SANEPAR, o valor integral. Sem juros, porém sem desconto. Os R\$ 100, 10 vezes de R\$ 10 na conta da SANEPAR.

Saindo uma terceira opção, ainda: caso não queira pagar na conta da SANEPAR, devolva assinado aqui na Prefeitura que a Prefeitura vai emitir um boleto bancário, ou achar uma outra saída para a cobrança. Pagar, ele vai ter que pagar.

Feito isso, acreditamos que resolve o problema da falta de divulgação. Mesmo assim, aqui no nosso termos, tem mais dois pontos que vêm dizer, mais uma vez, para o contribuinte, como ele pode fazer e como será cobrado. Digamos que a cobrança seja a partir de março, a primeira cobrança, via SANEPAR. Quem não pagou à vista com desconto, e também não se manifestou, já vai ser cobrado pela SANEPAR a partir de março. No talão de água de março vai receber em anexo uma outra cartinha da SANEPAR, dizendo que a partir deste mês estará sendo cobrado em 10 parcelas o valor mensal de tanto, relativo à sua conta da taxa do lixo. Caso o senhor não queira, ligue para o 115.

Não bastasse isso, ainda, a qualquer momento, digamos que o cidadão não tomou nenhuma providência e continuou pagando. Pagou um, dois, três meses e resolveu que não quer mais pagar pela SANEPAR. Tem uma cláusula nossa, ainda, assim mesmo, dizendo o seguinte, cláusula 2ª: *No boleto de cobrança da SANEPAR constará a informação de que o consumidor poderá solicitar o bloqueio da cobrança da taxa de lixo na conta e água e/ou esgoto a qualquer tempo, nos seguintes termos: informações sobre bloqueio da taxa de lixo, ligue 115.* Ele vai ligar e nós vamos explicar para ele que não estaremos mais cobrando a partir daquele momento e devolvendo à Prefeitura para que ela proceda à cobrança. Lembrando que ele vai pagar, porque isto é compulsório. Acreditamos que este TAC resolve o problema.

Sei que tem uma lei, do Deputado Chico Noroeste, que proibia esta cobrança. Felizmente, esta lei está parada. Porque esta lei cria um transtorno para os Municípios do Paraná, quero dizer que não para a SANEPAR. Não temos nenhum lucro nisso. Nós cobramos R\$ 0,47 por cada cobrança que fazemos. Dos R\$ 0,47, 50% é só imposto. Impostos federal, estadual e municipal. Todos os impostos, porque entra na conta da SANEPAR e vai no rol de impostos, que os senhores sabem que é muito alto neste País. E os outros 20 e tantos centavos que sobram são para pagar a mão de obra, os estudos, o trabalho, a emissão do carnê, que o banco cobra R\$ 2,10 cada boleto.

Então, não temos lucro, o nosso negócio de lucro é água e esgoto e lucro dividido de quem dá lucro para os Municípios, que a grande maioria dão prejuízo, porque temos uma conta única no Estado do Paraná, que felizmente permite mantermos 100% de população urbana com água boa e de qualidade e ampliando o esgoto. Então, o lixo para nós não dá lucro.

E qual é, então, o interesse da SANEPAR? Claro, ajudar os Prefeitos que têm essa relação conosco, mas em especial é para que cada Prefeitura possa cumprir o seu papel de cuidar do meio ambiente, para que não afete e que não estrague a nossa matéria-prima, que é a água, tão rara e escassa nestes tempos e que passamos por tanta agressão ao meio ambiente.

Depois desta lei aqui, também soube, e tive a oportunidade de ver um substitutivo geral desta lei, que eu pelo menos entendi como um substitutivo, que vem reforçando, substitutivo que não sei se assina o Deputado Chico, mas que vi inclusive a mão do Deputado Romanelli, quem lamento não estar vendo, Líder do Governo, que eu gostaria que estivesse aqui para poder me ajudar nesta empreitada, mas o Deputado Romanelli parece também que tem parte nesse substitutivo. E se esse substitutivo se transforma em lei nesta Casa, vai com certeza referendar e ajudar para que possamos então continuar ajudando as Prefeituras. Caso contrário, tenho certeza que os senhores receberão uma pressão dos Prefeitos.

E ao encerrar, queria pedir permissão ao Sr. Presidente para abrímos um espaço de alguns minutos para o Prefeito Gabão, da Cidade de Piraquara, que é o Vice-Prefeito da Associação dos Municípios do Paraná. Ligou-me o Prefeito Fadel, de Castro, que é o Presidente da Associação dos Municípios, pedindo que o Gabão pudesse vir aqui usar de um espaço, em nome da Associação dos Municípios, para mostrar a importância que tem para os Municípios do Paraná essa ajuda que a SANEPAR vem dando na cobrança da taxa. Como o Prefeito Fadel está em viagem para o exterior, e aqui está, e agradeço a presença do Prefeito Gabão, Sr. Presidente, se o senhor permitir eu gostaria de ouvi-lo. E desde já agradeço e fico à disposição para qualquer dúvida ou pergunta.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade que esta Casa democraticamente, nos concede.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero cumprimentá-lo, Stica, pela fidalguia e pela presteza com que V. Sa. se posicionou imediatamente, ao ser convidado para vir aqui expor uma situação que é extremamente grave e a Assembleia cumpre exatamente esse papel. Aliás, fui muito claro aqui quando o Deputado Chico Noroeste entrou com o projeto, que ainda não é lei, mas que está tramitando na Casa, e quando também o Deputado Reni Pereira questionou na comissão, nós imediatamente deixamos muito claro que essa situação será debatida na Casa, nas comissões, para que possamos juntos errar o menos possível. Cumprimento-o pela maneira como V. Sa. se posiciona e digo que conversei com inúmeros Prefeitos.

Acho que esse mecanismo que a SANEPAR utiliza para favorecer os Municípios, englobando na sua conta da água, com ou sem a aquiescência, e cabe a nos encontrarmos o *modus operandi* para que isso seja esclarecido, é muito oportuno, porque conheço profundamente a situação dos Municípios para cobrarem os seus encargos e a dificuldade que têm e V. Exas. cadenciam com sabedoria: por que a SANEPAR se envolve com lixo quando eu, como ex-Presidente da SANEPAR, posso afirmar que receita alguma o lixo vai trazer à Companhia de Saneamento? Agora, o lixo está intimamente ligado ao meio ambiente, à água e ao saneamento básico.

Portanto, é importante essa sua colocação, como também é importante que fique claro, faço questão, se o Deputado Romanelli apresentar o substitutivo ou não, faço questão de subscrever qualquer coisa nesse sentido para que a coisa realmente caminhe, não que não vá caminhar. Como também é muito importante que fique claro, outros Estados hoje, e quero entrar com um projeto aqui, outros Estados já estão, Deputado Reni Pereira, permitindo que o boleto bancário seja inclusive instrumento de ser protestado pelo órgão emitente, dois Estados da Federação. Porque a modernidade exige hoje que sejamos práticos, a praticidade está aí, a mídia eletrônica, a cobrança eletrônica está aí para quem quiser ver.

Agora, com é que vamos fazer, eu li e reli, essas 50 e tantas Cidades que se utilizam desse sistema para a cobrança da taxa do lixo? Eu imagino, Prefeito Gabão, que teremos o prazer de ouvi-lo, como Vice-Presidente da Associação dos Municípios, da dificuldade que os Municípios têm em cobrar taxas como essa, num momento em que temos que entender que não é exclusivamente responsabilidade do Poder Executivo a situação caótica que se encontra o meio ambiente no mundo, no nosso Estado e nas nossas Cidades. Compete a todos nós, à toda a sociedade, de uma maneira ou de outra, criarmos mecanismos para isso.

Portanto, concedo a palavra ao Prefeito de Piraquara, Gabão.

O SR. GABÃO

Obrigado, Sr. Presidente, um grande abraço, agradeço a oportunidade de estar com vocês, todos os Deputados, alguns amigos aqui de longa data. Mas serei bem prático, Sr. Presidente.

É importante o que o senhor colocou, primeiro invocar o caráter público da SANEPAR. Segundo, invocar a concessão que os Municípios dão a uma entidade pública para prestar serviço de qualidade, assim como o Stica colocou, seja na área do abastecimento da água, seja na área do saneamento básico, quer dizer, o saneamento não é qualquer concessionária, a SANEPAR é uma entidade pública onde os Municípios encontram um mecanismo eficiente de poder fazer com que a cobrança da taxa o lixo acontecesse de forma mais plena.

Porque se levar em consideração os 59 Municípios que a Associação fez o levantamento, é que dos 100? do talão do IPTU lançado, os Municípios conseguem cobrar de 45 a 48% de pagamento efetivo. Isso quer dizer o quê? Que os instrumentos municipais, levando as características de cada Município, Municípios com deficiência de quadros na área de fiscalização, quer dizer, os Municípios são o que são, e os senhores, Deputados conhecem os problemas que cada Município do Estado do Paraná tem, alguns belíssimos, como São José, como Araucária, têm mecanismos mais eficientes e têm composição orçamentária capaz de fazer com que a taxa de lixo não seja um componente importante na formação do orçamento público.

Já existem vários Municípios do Estado do Paraná que vivem, basicamente, da arrecadação do Fundo de Participação, têm uma baixa receita proveniente do ICMS, têm nessa eficiência de cobrança uma fonte importante para poder garantir a qualidade de coleta, o transbordo e a depositagem do lixo.

Essa taxa de lixo, vinculada ao talão da SANEPAR, tem garantido eficiência na prestação de serviço do lixo. Essa forma que fizemos com a SANEPAR é altamente eficiente e justa. Caso o contribuinte não pague o talão, ele corta a água. Mas se o contribuinte não pagar a taxa do lixo

e for inscrito na dívida ativa, qual é o custo social? Não mais financeiro, porque o financeiro é muito maior, porque vai para o fórum, tem as custas cartoriais e pior, com a possibilidade de ser colocado o seu bem à disposição do leilão público por não ter pago a taxa.

Não é uma parceria público-pública. Não se faz desse sistema de cobrança um sistema de ganho. Simplesmente se faz um sistema de melhoria da eficiência da forma de cobrar. É preferível negociar com a SANEPAR o parcelamento da dívida, pois sempre há possibilidade de parcelamento, do que deixarmos que isso fique à revelia e se inscreva em dívida ativa e se pague altas custas categorias para que isso se retire e possa regularizar a vida.

Em nome da Associação dos Municípios é que se faça a racionalização desse processo. Se hoje cobramos a taxa de lixo no talão da água, e a taxa de iluminação pública no talão de luz, é porque são mecanismos eficientes de ente público para ente público, capaz de fazer com que os Municípios dêem conta e garantam qualidade da coleta, no transbordo e na depositagem do lixo. Nenhum Município consegue abrir mão dele.

No nosso cálculo, os Municípios de Piraquara e de Guaratuba vão ter uma perda de, pelos menos, 400 a R\$500 mil no ano. Não é perda, deixa de compor uma regularidade nas contribuições da taxa. Vamos ter que tirar esse dinheiro de outro lugar.

Assim como a SANEPAR garante a qualidade de seus serviços, e isso é inquestionável, esse mecanismo tem feito com que possamos garantir a qualidade do serviço, principalmente da coleta, do transbordo e da depositagem do lixo na Região Metropolitana e no Estado do Paraná.

Temos o termo de ajuste de conduta. Na falta, o termo de ajuste de conduta pode ser uma saída. Estamos favoráveis ao que o Deputado Stica está propondo, mas entendemos que o mecanismo mais justo, transparente, seria a manutenção do sistema como está. Mas devido às possibilidades de inconstitucionalidade deles, penso que o termo de ajuste de conduta possa ser tão transparente, tão democrático e fazer com que o consumidor tenha a opção de participar de uma forma de pagamento, ou de outra forma, que não onere a Prefeitura e não percamos a qualidade no serviço do lixo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade. Quero estender um grande abraço, em nome da Associação dos Municípios do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Agradeço ao Vice-Presidente Gabão e passo a palavra, agora, pela ordem, ao Deputado Chico Noroeste. Os Deputados Jocelito Canto, Ribas Carli, Romanelli, Strapasson e Reni Pereira estão inscritos.

O SR. CHICO NOROESTE (PR)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Natálio Stica, Prefeito Gabão, representando aqui os Municípios do Estado do Paraná.

Primeiro, gostaria de parabenizar à SANEPAR pelas providências que toma, neste momento, para resolver um problema que até então vinha causando, tenho certeza que causará por algum tempo, principalmente aos consumidores, às famílias paranaenses. Gostaria de esclarecer, Deputado Natálio Stica, de que este termo de ajuste tem uma semelhança muito grande com o nosso Projeto, apresentado aqui na Assembleia Legislativa. A semelhança é grande e eu diria que a diferença está apenas na autorização tácita, que é instituída neste momento por este termo de ajuste.

Vejamos, portanto, o que diz o artigo 1º do nosso projeto: *Fica a SANEPAR proibida de cobrar taxas municipais e outros serviços na fatura de água e esgoto, que não foram formalmente e antecipadamente autorizadas pelos consumidores. Parágrafo Único. O consumidor que não desejar a cobrança de outros serviços conjuntamente com a fatura de água e esgoto, poderá requerer a exclusão, a qualquer tempo, dos encargos provenientes dos mesmos, inclusive dos encargos já lançados, sendo facultado ao consumidor efetuar somente o pagamento dos valores de água e de esgoto, ficando a cargo dos Municípios ou terceiros a cobrança de outros serviços, por meios de outros meios.*

Quero dizer que o nosso projeto não é uma lei ainda, até porque foi aprovada apenas por uma discussão. Para se tornar lei, precisaria ser aprovado, pelos menos, por mais uma discussão aqui nesta Casa de Leis. Portanto, não é uma lei. É um projeto, uma proposta que apresentamos aqui no Parlamento Estadual, mas por ser uma proposta deve ser debatida, com foi debatida na Comissão de Constituição e Justiça, como foi debatida aqui no Plenário. Pelo menos, quando este projeto foi colocado em votação, foi aprovado por unanimidade, aprovado por todos os Deputados.

Quero dizer que estou à inteira disposição do Sr. Presidente, do Líder do Governo e de todos os Deputados, da SANEPAR, para que se assim o Governo entender e, conforme foi feito este termo de ajuste, que possamos fazer aqui a emenda necessária para que o trabalho da SANEPAR, então feito neste momento, seja respaldado por uma legislação estadual. Uma legislação em que não haja dúvida nenhuma, clara, onde os consumidores terão como instrumento eficaz, uma lei que possa ser aprovada e que fique para sempre aqui no Estado do Paraná à disposição e para proteger as famílias paranaenses.

Portanto, recebemos, com satisfação, com alegria, parabenizando o vosso trabalho à frente da SANEPAR e por esse trabalho que nos apresenta, neste momento. E que, logo em seguida, possamos estar aqui, se possível for, respaldando o seu trabalho através de uma lei que vai ficar aqui no Estado do Paraná à disposição do Estado e também das famílias paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) **(Pela Ordem)**

Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço ao eterno colega, Deputado Natálio Stica, e ao Prefeito Gabão. Concorde com V. Exa., Deputado Chico Noroeste. Precisamos, sim, regularmente, discutir, porém tenho algumas perguntas ao Natálio Stica, até porque concordei muito com a sua explanação e também com o Prefeito Gabão, que vem aqui como representante e Vice-Presidente da Associação dos Municípios do Paraná. Eu vejo que, não só pela transparência e pela clareza da cobrança como é feita hoje, também concordo com a agilidade e a desburocratização da cobrança da taxa da coleta de lixo que hoje é feita, com muita propriedade e com muita agilidade, pela SANEPAR.

Eu me pergunto: se caso aprovarmos uma lei neste Parlamento e proibirmos que a taxa de coleta de lixo venha a ser cobrada junto à conta de água - iremos gerar mais custos e mais burocracia - no caso dos Executivos Municipais precisarem, necessitarem gerir um novo boleto para enviar às casas, mês a mês - é direito também do Executivo Municipal, que tenha a titularidade do serviço, fazer essa cobrança - teremos que fazer a cobrança mês a mês e um boleto separado, talvez, boleto de uso exclusivo para a coleta de lixo, quanto isso vai custar e talvez quanto isso vai burocratizar o processo?

Segundo: se fizermos a cobrança dessa taxa de coleta de lixo, uma vez só ao ano, junto ao carnê de IPTU - eu conheço algumas Prefeituras, sei da realidade de alguns Prefeitos - será que não teremos um acréscimo, um aumento da dívida ativa dos municípios? O Prefeito Gabão falou, com muita propriedade, que já vivem uma situação crítica como corte do Fundo de Participação dos Municípios, com o problema da gestão engessada que temos à Lei de Responsabilidade Fiscal. Quer dizer, geramos mais um problema para as Prefeituras. Será que os consumidores que pagam esse serviço, diluído mês a mês, junto à fatura da conta de água, irão separar esse dinheirinho, o cidadão contribuinte vai separar e guardar esse dinheirinho para, no próximo ano, pagar junto, de uma vez só, a taxa de coleta de lixo junto ao carnê do IPTU? Acredito que não. Acredito que a dívida ativa dos Municípios só irá aumentar, causando um segundo problema para os Municípios.

E o terceiro e último momento, que acho que é uma fase crítica, Deputado Natálio Stica, que é o caso das Prefeituras não receberem e pararem com o serviço de coleta de lixo. Aí vamos ter o caos, Deputado. Teremos realmente o caos quando as Prefeituras, no momento, quando não recebem esse dinheiro, está passivo em uma dívida ativa, e que a Prefeitura não consegue cobrar do contribuinte, as Prefeituras, por falta de recursos, suspendem o serviço de coleta de lixo. Acho que aí, sim, teremos um problema gravíssimo no Estado do Paraná.

Então, quero debater muito, Deputado Chico Noroeste, quero que possamos afinar, alinhar, enfim, fazer com que seu projeto seja de regulamentação fantástico, para esta Casa de Leis.

Acho que temos que caminhar muito, e desta forma, como hoje o Natálio Stica, o Prefeito Gabão vem a esta Casa de Leis, para esclarecer alguns pontos, nós aqui internamente podemos continuar também esta discussão. Falo como um consumidor da SANEPAR, como um usuário também da taxa de lixo, que quer que todos vivam em harmonia, limpeza, desburocratização e com um sistema que funcione com transparência e agilidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Esclarecer que o ex-Deputado Natálio Stica é sempre bem-vindo a esta Casa e veio atender um pedido de V. Exa. A Comissão de Defesa do Consumidor, da qual sou Presidente, segundo o nosso Regimento, tem o dever de defender e manifestar-se sobre assuntos relativos à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

Aproveito a presença do Prefeito aqui. Não posso permitir, mesmo com a fidalguia, com que recebemos todos os nossos convidados e pelo respeito que tenho pelo Deputado Natálio, que se transpareça principalmente pela TV SINAL, porque daqui a pouco o consumidor é que está errado.

Quando essa comissão comprou essa briga, no início dos trabalhos desse ano, foi baseado em denúncias. Quando o Deputado Natálio reconhece o equívoco, na verdade não é um equívoco, é uma ilegalidade que a SANEPAR praticava. E atendendo o pedido de V. Exa., se não me falha a memória, do Deputado Nereu Moura, mais do Deputado Francisco Bühner, que é o autor de lei que proíbe a SANEPAR de interromper a conta de fatura de água, de energia elétrica também, que manifestava a preocupação dos Prefeitos que sabiam da eficiência dessa arrecadação.

Tenho que discordar, que nós, em nenhum momento, falamos que éramos contra essa cobrança, porque ela era ineficiente. Sei que ela é eficiente, até porque é uma "Camisa de força" e, se não pagar, a água é cortada, e garante uma inadimplência próxima de zero. Tenho que discordar que essa cobrança, da melhor maneira possível, como foi afirmado pelo Natálio, Diretor da SANEPAR, não significa, como foi reconhecido por ele mesmo, uma melhoria no tratamento do lixo. Isso não tem nada a ver com a briga que foi feita pela Comissão de Defesa do Consumidor, com a autorização de todos, inclusive V. Exa. tinha conhecimento de todos os passos.

Dizer que V. Exa. está aqui, hoje, comunicando um termo de ajuste de conduta, porque que a SANEPAR estava cometendo uma irregularidade. Esse ajuste de conduta não é porque a SANEPAR é boazinha e celebrou, porque ela foi intimada pelo Ministério Público, que agiu neste caso

depois de uma denúncia feita pela Comissão da Assembleia, no dia 11 de março de 2009. Portanto, Deputado Chico Noroeste, bem antes da sua lei. A sua lei é a cópia do Código de Defesa do Consumidor, assim como o Ministério Público não copiou a lei ou o substitutivo do Deputado Chico Noroeste.

Esse termo de ajuste de conduta é da lavra do Ministério Público, do Dr. Maximiliano, que é uma pessoa sensata. Quando fomos lá falar que isso afrontava diretamente o artigo 39, da lei nacional, federal, que estabeleceu o Código de Defesa do Consumidor, também coloquei a preocupação de V. Exa. Deputado Nelson Justus e dos outros Deputados, que manifestaram a preocupação do Prefeito Gabão. Reconhecer que eles buscaram, de uma maneira eficiente, para que o Ministério Público não se omitisse, principalmente a Coordenadoria de Defesa do Consumidor, para que esta Assembleia Legislativa não se omitisse em uma ilegalidade que estava sendo cometida.

Não é da sua época, Deputado Natálio, e quero fazer justiça. Quando V. Exa. assumiu a SANEPAR, alguns Municípios já cobravam - acho que aproximadamente 30. V. Exa. simplesmente aumentou. É um mecanismo eficiente. Não estou aqui culpando nem V. Exa. e nem os que o antecederam. O que eu buscava, e a Comissão de Defesa do Consumidor buscou, foi o respeito aos contribuintes do Paraná.

Faço essa retificação tanto do vosso discurso, como provavelmente do discurso do Governo, porque daqui a pouco, no ano que vem tem eleição. Estou acompanhando por aí, que o Governador é contra essa cobrança casada. Daqui a pouco o Governador vai esquecer, que há sete anos é Governador e que a SANEPAR, há sete anos, vinha cobrando.

Esse termo de ajuste de conduta resolve o respeito aos contribuintes, que terão de uma forma límpida e transparente a opção de cancelar, não somente como estabelece o Código de Defesa do Consumidor, como também a Resolução nº 03, da Secretaria de Assuntos Econômicos do Ministério da Justiça, que diz que tem que ser franqueado a todos aqueles usuários de serviços essenciais, uma maneira eficiente de cancelamento.

Dizer que estaremos vigiando pela Comissão de Defesa do Consumidor, principalmente, o cumprimento do artigo 4º e 5º do termo de ajuste de conduta. Porque o artigo 4º diz que a SANEPAR além de encaminhar anualmente junto uma carta aos seus consumidores, redigida de uma forma simples, clara e objetiva, informando essa cobrança e a possibilidade de outras maneiras de serem feitas, que ela deverá fazer o alerta, que esta medida que a SANEPAR fará de respeito aos consumidores, decorre do termo de ajuste de conduta afinado com o Ministério Público, nos autos do Inquérito Civil nº 021/09.

Falo isso, porque em um momento em que o Legislativo Nacional e esta Casa sempre estão levando ressalvas, principalmente, da imprensa, que sempre se omite em vários casos de cumprimento à lei, é muito importante

dizer que fiz isso em nome desse Poder. Sei claramente a posição do Presidente desta Casa, que desde o início falou: "Deputado, vamos cobrar os Municípios." Eu lhe falei que teremos que fazer isso pela comissão, que nunca me cerceou a ação.

Ressaltar que esse inquérito civil, eu fiz em nome desta Casa, principalmente, em nome da Comissão de Defesa do Consumidor. Diretor Natálio Stica, a cláusula 5ª diz que nessa campanha publicitária, que espero que a SANEPAR comece ainda nesta semana, porque no mês seguinte teremos a informação da maneira com que os consumidores poderão bloquear essa cobrança, que nessa campanha de esclarecimento também se cumpra o que diz o termo de conduta, e diga claramente que esta ação foi adotada pela SANEPAR, em virtude civil. É muito importante isso. Não para dizer que a Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa logrou êxito no inquérito civil e nem para dizer que é o Ministério Público. Eles não precisam disso.

É muito importante para evitarmos caronas políticas, em cima daquilo que é um direito do consumidor. Não fiz nada para o consumidor, a não ser cumprir a minha função como Presidente da Comissão de Defesa. V. Exa. não fez mais nada do que a obrigação e o Ministério Público também. Não podemos permitir que agora venham aparecer pessoas, querendo dizer que são contra ou favoráveis. Essa situação vinha de muito tempo ocorrendo neste Estado.

Tenho um grande respeito a V. Sa., não só que pelo convivemos, aqui, mas também pela sensibilidade com que se prontificaram a ajustar a conduta da SANEPAR, que desde o início, eu dizia que temos que corrigir. Acredito que esse termo de ajuste de conduta ficou bom para os municípios e para a SANEPAR, que não estará mais cometendo ilegalidade. Acima de tudo ficou bom para os consumidores, que não terão uma camisa de força. Aqueles que optaram em pagar desta forma e tenho certeza que os Municípios ainda vão conceder descontos para quem pagar assim. É isso que defenderemos enquanto Presidente da comissão.

Então, não precisa forçar nenhum Deputado, porque todos me procuraram quando fiz essa denúncia e procuraram para que jamais prejudicássemos os Municípios. Nenhum Deputado desta Casa precisa ser constrangido. Todos nós sabemos perfeitamente defender os interesses dos Municípios, mas acima de tudo dos paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Antes de passar a palavra, quero dizer que este é o papel da Assembleia. O fortalecimento das Comissões Permanentes é importantíssimo, exatamente por causa disso. Não tenho dúvidas que esse termo de ajuste que houve entre a SANEPAR e o Ministério Público, e que foi muito oportuno, nasceu aqui nesta Casa. E saúdo e cumprimento todos os membros das Comissões Permanentes da Casa. Esse é o nosso papel realmente. Acho que a SANEPAR e o Ministério Público agiram com

sabedoria. Ora, quantas vezes fizemos alguns ajustes com o Ministério Público também! Com o Tribunal de Contas e outros órgãos. É importante que as coisas aconteçam em favor de quem paga a conta. Evidente.

Concedo, com muito prazer, a palavra ao Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Hoje é um dia efetivamente especial. Encaminhei a derrubada do meu primeiro veto, ao mesmo tempo também utilizo, pela primeira vez, a tribuna da Liderança da Oposição.

Sinto-me muito feliz em ser Líder do Governador Requião nesta Casa e poder sempre expressar o meu sentimento e também, como vou fazer neste momento, o sentimento do Governador Requião. Primeiro vou falar em relação ao meu sentimento. Eu estava no meu gabinete, atendendo o Deputado Duílio Genari, que é Presidente na Comissão de Tomada de Contas, quando V. Exa. discursava e inclusive chamava a minha atenção sobre o fato de não estar naquele momento no plenário. Mas, pude escutar do meu gabinete, V. Exa. falar o seguinte: "Lixo não dá lucro para a SANEPAR. O que dá lucro para a SANEPAR é água e esgoto".

Quero dizer que, conceitualmente, V. Exa. está errado. O nosso Governo não vê a água como mercadoria. E nós, efetivamente, votamos uma PEC nesta Casa dizendo que a água é um bem essencial à vida e como tal deve ser tratada, justamente para dizer o seguinte: a água não é mercadoria, não é para dar lucro. E muito menos o lixo. Embora temos que reconhecer que tem muita gente que viva do lixo. Essa história do lixo é uma questão, na verdade, que cada vez que puxamos a questão do lixo, de fato é identificada uma situação extremamente preocupante do ponto de vista da moralidade pública.

Pessoalmente, acho ridículo a SANEPAR assinar um termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público. Se for ilegal a cobrança da taxa, que cesse a cobrança. Não é possível que uma empresa pública como é a SANEPAR, que tanto lutamos para ser empresa pública modelo, possa desrespeitar a norma legal, e aí se veja na situação vexatória de assinar um termo de ajustamento de conduta, e inclusive de assinar, eu não sei quem foi que autorizou esta assinatura - por certo não acredito que o Governador Requião tenha autorizado a assinatura desse termo de ajustamento de conduta - porque, inclusive, assinar um termo de ajustamento de conduta em que desde logo diz que é um título executivo extrajudicial e de que cada infração que a SANEPAR cometeu, ou seja, de cada um dos consumidores que alegaram que não concederam à SANEPAR o direito de cobrar a taxa de lixo, uma multa de R\$ 5 mil, transformado em título executivo extrajudicial.

Sinceramente, não é possível que alguém possa ter assinado algo tão danoso em relação a Companhia de Saneamento do Paraná. Honestamente, Deputado Stica, é um tema que eu - estou lhe falando isto como Líder do

Governo - entendo que não é correto, e pessoalmente acho que é, de fato, absolutamente descabido um termo de ajustamento de conduta, e mais, nos termos que foi assinado.

E quero dizer, a posição do Governador Requião é a seguinte, Deputado Chico Noroeste, V. Exa. suscitou este tema como projeto de lei, a posição do Governador Requião - o seu projeto tem que receber uma emenda substitutiva, uma emenda que diga expressamente o seguinte: a SANEPAR só poderá cobrar taxa de lixo dos sistemas em que ela opera diretamente. Que atende o seu objetivo, mas ressalva o interesse da SANEPAR enquanto empresa pública.

Está é a posição do Governador Requião, Sr. Presidente.

No mais, as conveniências dos Municípios, fruto dos interesses de poder agilizar a cobrança, ouvi aqui as explicações do Prefeito Gabão, que, aliás, eu com muita satisfação tive com ele o privilégio de poder iniciar e ele é um grande empreendedor, fazendo a regularização fundial do Guarituba. Ouvi ele falando aqui e tem vários Municípios que são meus, que represento os Municípios aqui mas quero dizer o seguinte, temos que pensar é no cidadão mesmo, o cidadão que é o hipossuficiente frente o seguinte - a SANEPAR não é cartório de protesto para receber taxa de lixo da Prefeitura. A Prefeitura tem o setor de tributos dela que pode arrecadar, como arrecada o IPTU, arrecada a taxa da coleta de lixo normal e faz efetivamente a operação do sistema, porque como a água e esgoto, o lixo também é titularidade do Município.

Então, a posição do Governador Requião é muito clara, objetiva vamos oferecer esta emenda para poder de fato regulamentar este tema de uma vez por todas.

Então, Sr. Presidente, estão aqui comunicadas as minhas posições e ao mesmo tempo faço no sentimento de poder expressar aquilo que eu penso sobre o tema, especificamente, e em relação a posição que me foi pedida de ser publicamente expressada pelo Governador do Paraná, Roberto Requião.

É isto. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu só lamento que estejamos aqui em 14, 15 Deputados.

É triste, Sr. Presidente, eu vi muita gente reclamando aqui, Oposição, confusão e hoje estamos aqui 14 Deputados para discutir um tema tão importante. Este tema, Deputado Stica, eu já o conheço, já senti que V. Exa. vai pegar fogo daqui a pouco.

Mas enfim, o velho Anibal Khury tinha uma frase que eu jamais vou me esquecer: "Atrás do balcãozinho é outra história". É muito fácil fazer um discurso aqui, discurso de Legislador, agora quando a pessoa passa a ser Prefeito é outra coisa, precisa encontrar formas de

administrar. E hoje os Prefeitos tem dificuldades do maior número possível de cobrança de taxas. Fui Prefeito de Ponta Grossa, a dívida ativa hoje de Ponta Grossa deve estar próximo dos 100 milhões se não tiver mais. Porque o telefone se você não pagar corta, o IPTU não corta, o lixo não corta. Então, os Prefeitos procuram achar mecanismos de cobrança, porque é uma forma de evitar mais problemas para frente.

Quando o cidadão mais pobre não paga o seu IPTU, porque ele sabe que depois vem o REFIS. Vem um Vereador lá e faz o REFIS. O REFIS mais uma vez tira dinheiro do caixa da Prefeitura, porque as pessoas que pagam sempre direito acabam sendo prejudicadas, porque o REFIS vem e favorece quem não pagou. Automaticamente, o Prefeito quando busca a solução de colocar essa taxa junto com a água, ele cria um mecanismo de dizer ao cidadão que ele precisa pagar se não o Município não vai para frente. Aí falta remédio no posto, falta carro para buscar alguém, o hospital está com dificuldades.

Todo Legislador adora fazer lei para tirar do Executivo. E quem não esteve no Executivo ainda não passou lá, mas quando chegar lá vai ser. Quando ele cobra o IPTU e a pessoa não paga, o Prefeito tem por obrigação de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal de executar aquela pessoa. Até o pobrezinho. Tem que executar. Se não executar ele passa a ser responsável e pode perder o seu cargo, porque ele não está cumprindo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Os Prefeitos buscam mecanismos de cobrança e as pessoas tem que entender. Concorde com o Deputado Romanelli em algumas partes. Concorde com o Deputado Reni em algumas partes. Quando iniciou a cobrança disso? Foi no atual Governo ou vem lá de trás? E por que só agora é que vimos isso? Só agora que percebemos que tem que parar?

O Deputado Reni, muito eficiente na sua comissão, vai defender o consumidor, claro. Ele descobre que uma lei não está sendo cumprida, busca os mecanismos da lei e consegue com isso provar que aquilo que ele está falando, através de documentos, é o que deveria acontecer. Aí a SANEPAR se obriga a fazer um ajuste de conduta e, a partir de agora, as pessoas que não tiveram o seu direito recebido, Deputado Romanelli, V. Exa. cita que vai ter que pagar R\$ 5 mil. É a partir do não cumprimento. Quem não cumprir vai pagar os R\$ 5 mil, não é quem entrar com ação.

É a mesma coisa da taxa de iluminação. Antigamente os Prefeitos podiam cobrar. Todo mundo sempre pagava taxa de iluminação para a Prefeitura. Aí apareceu alguém, um advogado, muito inteligente, e disse: "É ilegal a cobrança". E o que foi que aconteceu? Passou-se a não cobrar mais e as pessoas começaram a entrar na Justiça contra as Prefeituras e as Prefeituras estão até hoje devolvendo as taxas que agora passaram a ser cobradas de uma outra forma.

Por isso quero dizer que a eficiência dos Municípios é de cobrar, agora, houve um erro. Mas gostaria de perguntar ao Deputado Stica: desde quando começou isso? Em que Governo começou? A partir de quando se estabeleceu essa cobrança?

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Jocelito, cobramos desde 1988. Começou com o Município de União da Vitória e o Deputado Teruo foi Prefeito de Paranavaí e foi um dos primeiros também que iniciou a cobrança da taxa.

O Deputado Teruo pode até depois dar um testemunho.

Aliás, a primeira ação que tivemos contrária, veio exatamente de Paranavaí. Por quê? Porque a Oposição, do então Prefeito Teruo, para tentar tirar essa cobrança, começou a fazer as primeiras denúncias.

Lamentavelmente, a maioria dos casos aqui, e no nosso caso aqui é onde a Oposição está tentando tirar o Prefeito da cobrança, porque sabe que é um alívio manter uma cobrança em dia. Não quero entrar em detalhe de outros Municípios, mas temos notado que isso tem acontecido.

Queria dizer que tenho escutado muito o Presidente Stênio, quando saio com eles nas reuniões, e ele diz o seguinte: "A função da SANEPAR, ela foi criada para prestar serviço aos Municípios. Se não fosse isso, não teria razão de ser. É por isso que prestamos serviços de qualidade na água, no esgoto. Vejo o Presidente dizer: "Não medimos esforços em buscar financiamento para garantir 100% do abastecimento da água para a população urbana do Paraná, e estamos mantendo isso."

A prestação de serviço na cobrança da taxa, a SANEPAR o faz de uma maneira, de mais uma prestação de serviço. Nós não temos sequer qualquer pensamento de lucro em cima dessa cobrança. E aqui, queria responder ao Deputado Romanelli, com todo respeito que o senhor merece, Deputado, não lhe chamei a atenção, disse que aumentava. O senhor, como Líder do Governo, não está aqui porque vou precisar do senhor para ajudar a defender os Municípios, e eu sabia de antemão que o senhor tinha equívocos no seu pensamento da taxa, e por isso eu queria a sua presença aqui.

Lamentavelmente o senhor estava no seu gabinete e o seu som não estava bom. Eu não disse que o lucro vem da água para a SANEPAR, eu disse que o lucro que a SANEPAR auferir é da água e do esgoto e é o lucro de alguns Municípios, o pouco que se repassa para a maioria dos pequenos Municípios, graças à política que o Governador Requião vem mantendo de tarifa única no Estado do Paraná. Não fosse assim e se estivesse a SANEPAR na mão do francês, que tentou tomá-la, duvido que tivéssemos hoje 344 Municípios. Talvez tivéssemos 20 ou 30, que são os Municípios que efetivamente dão lucro e esse lucro é distribuído para os outros 300 e tantos Municípios, que na sua maioria, ou empatam, ou dão prejuízo, e é por isso que é mantido.

Pergunto aos senhores, tem alguma companhia de saneamento particular que quer pegar Dr. Ulysses, que quer pegar Barbosa Ferraz, Municípios pequenos, que se fossem para fazer, economicamente, dão prejuízo? Por que mantemos 100% da água nesses Municípios? Porque

Curitiba dá lucro, Cascavel dá lucro, Londrina dá lucro, Maringá dá lucro, os grandes Municípios dão lucro. Esses Municípios que dão lucro é dividido, é rateado e é pago para manter os Municípios pequenos.

Então, vejam, os Municípios grandes, nessa política de preço único, sustentam os Municípios pequenos, e se não fosse assim, não teríamos esgoto, não teríamos água para a população do Paraná. Eu não disse, em nenhum momento, que é lucro para a SANEPAR e, aliás, os senhores conhecem a política do Governador Requião e nós estamos entrando para o quinto ano sem reajuste de tarifa. E por quê? Porque somos como uma empresa que ainda tem sócio privado, obrigados pela CVM a dividir parte do lucro que a empresa tem, e esse lucro, então, vai para a parte privada e o Governador disse que enquanto tiver sócio, não tem reajuste: "Deixo para o povo do Paraná, e não tem reajuste para poder dar lucro para a iniciativa privada". por isso estamos há quase cinco anos sem reajuste de tarifa.

Qual é o maior problema que estamos enfrentando hoje?

Os senhores sabem bem e são procurados pelos Prefeitos pedindo saneamento rural, o que não é obrigação da SANEPAR. No entanto, a SANEPAR fez uma ampla atuação na área de saneamento rural. E por quê? Política do Governo Requião, que ao invés de pegar a parte que viria dos dividendos para o Governo, mandava aplicar em saneamento rural. Como não existe mais essa parte de dividendos, não estamos podendo ajudar os Municípios no saneamento rural.

Um ou dois Deputados falaram aqui, e lembro-me de que o Jocelito falou que quem foi Prefeito - e aqui há muitos que já foram Prefeitos e outros que ainda serão - sabe o quanto representa uma cobrança de uma taxa de lixo em dia para a manutenção desse sistema. Então, não falei em momento nenhum de lucro e estou aqui deixando claro que tudo o que vem dos grandes Municípios é repassado para os pequenos, para o investimento no saneamento, que aliás estamos com problemas sérios de maiores investimentos por conta de falta de reajuste.

Queria dizer também aqui que o TAC, nós não fomos lá de "calça abaixada" - perdoem-me o termo - para fazer um termo de ajuste de conduta, e TAC quer dizer Termo de Ajuste de Conduta, e ajuste de conduta pressupõe ajustar algo que não está certo, ou convincente para uma das partes. Em momento nenhum vamos assumir aqui ilegalidade da SANEPAR. Não assumo ilegalidade, nem no tempo em que estou lá, e nem antes de quando eu estava na SANEPAR. A SANEPAR faz um contrato legal, autorizado pelas Câmaras Municipais, dizendo em uma cláusula que o cidadão que não quer pagar, tem o direito de dizer. Assumi aqui, sim, que não fizemos, ou não foi dada a devida publicidade dessa cláusula, e agora o TAC vem ajustar e vem acertar essa publicidade. O TAC apenas vai dar mais condição de publicidade, e com essa condição de publicidade tenho certeza de que não vamos diminuir, para os Municípios,

o número de pessoas, porque quem é que vai preferir pagar a vista do que pagar em 10 vezes sem juros nenhum? É claro que é muito mais fácil pagar em 10 vezes sem juros nenhum e em uma cobrança que já vem automática na conta.

Quero dizer que o senhor, como advogado, tem que ler melhor esse TAC. Aqueles R\$ 5 mil de multa não é uma multa para o cidadão que diga que não quer, mas é para o cidadão que diz que não quer e a SANEPAR não retira. Tem que pagar multa se não fizer isso, sim, Sr. Presidente, porque todos os possíveis pedidos que vierem, e aqui no TAC tem um termo que o cidadão vai assinar dizendo que ele não quer que seja cobrado pela SANEPAR. E ele vai saber que vai pagar inclusive muito mais caro para pagar de outra maneira. Mas chegando esse termo na SANEPAR, imediatamente é retirado e comunicado ao Município. Portanto, se não o fizermos, pagaremos R\$ 5 mil, porque não é possível, porque a SANEPAR é uma empresa pública e séria.

Quero dizer também para o Deputado Reni Pereira, de novo, que não temos ilegalidade. Não existiu camisa de força. Estava lá no nosso contrato e, é bobagem dizer que corta a água de quem não paga o lixo. Se o cidadão não paga a conta de água porque está lá a conta da taxa do lixo, Sr. Presidente, nós emitimos um novo carnê - isso é feito tendo ou não a conta do lixo - dizendo aqui o reaviso e que até o dia tal vai ser cortada a água. Esse carnê já emitimos só com a fatura da água, que se ele não pagar, ele vai ser devolvido, se ele pagar, ele paga a água e é devolvido, ou ele não paga e é cortado a água, e é devolvido para a Prefeitura a conta do lixo.

Então, não é uma camisa de força, ela pode parecer por falta da publicidade que não vinha sendo feito; agora com certeza também vai resolver, Termo de Ajuste de Conduta, apenas ajustamento de conduta. Não disse em momento nenhum, Deputado Reni Pereira, para que o TAC foi uma cópia da lei, não disse; não sei se V. Exa. quis dizer isso, mas não disse. Pelo contrário, até acredito que a lei seja uma cópia do TAC, porque o TAC começou antes. Eu disse aqui sim, a lei, não esta primeira, e aqui eu já respondo ao Deputado Chico Noroeste, esta primeira lei não é idêntica ao TAC não, a primeira é muito clara, ela proíbe a cobrança, e se ela for votada e proibir a SANEPAR já entrega para os Municípios que nós não vamos fazer mais a cobrança, ela proíbe. O que eu vi que é parecido com o TAC é o substitutivo, ele sim, se ele se transformar em lei aqui ele com certeza ajuda porque referenda a esta Casa pode dar um salto de qualidade ajudando os Srs. Prefeitos.

Agradeço o Carli pelas suas palavras. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra Deputado Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Stica, na verdade nós até concordamos com o que falou o Deputado Líder do Governo, que se a SANEPAR se

tornar um balcão de cobrança por certo ela terá problemas futuros muito grandes. Entendo o seguinte, a grande parte dos Municípios do Paraná não cobram o custo efetivo real da coleta de lixo, e há uma grande preocupação que haja a partir dessa facilidade de repassar para o talão SANEPAR o entusiasmo além do que se deve e começa, a corrigir de forma clara os preços, o que fará com que nós tenhamos um encargo muito grande no valor da cobrança da SANEPAR. E vem aquela questão importante, o que está sendo cobrado, como que a Prefeitura vai repassar esses custos, se nos atrasos tem multa e juro diferente da forma do que a SANEPAR cobra.

Enfim, com certeza a SANEPAR terá alguns agravantes. Uma dúvida minha é a seguinte, existe a coleta domiciliar, existe a coleta industrial, a coleta que é a varrição pública de rua. A Prefeitura está cobrando toda ela domiciliar ou existe separação e a Prefeitura cobra no carnê aquilo que não é domiciliar. É nesse sentido que criou uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Pedro Ivo por dois minutos.

O SR. PEDRO IVO (PT)

Companheiro Stica, eu gostaria só de manifestar, quando fui Prefeito de 1997 a 2000 foi a primeira Prefeitura desse País que implementou a cobrança da coleta de lixo na conta da água, foi União da Vitória em 1998. Era o Governo Jaime Lerner na época, fomos muito bem recebidos na SANEPAR, mesmo sendo de Oposição, e a dificuldade financeira das Prefeituras fez com que, naquele momento que tínhamos períodos em que a receita ao invés de crescer diminuía até 2% negativa do ICMS, buscar soluções para que a gente pudesse ter uma eficiência na gestão pública. E aí, acho que é um mecanismo perfeito, a SANEPAR tem um mecanismo de cobrança perfeito, aonde a inadimplência vai para menos de 1%. A inadimplência do IPTU nas Prefeituras ele gira em torno de 50%, 46 a 50% é o índice de inadimplência, altíssimo. Então, a Prefeitura paga a coleta de lixo todo mês, e recebe uma vez por ano do consumidor que ainda tem uma inadimplência de 50%. Então, acho lamentável se essa forma de cobrança não puder ser mais realizada. Porque quando nós falamos em respeito ao consumidor, temos que ter respeito àquele contribuinte que está pagando o seu imposto.

É lamentável que esse processo não continue, até em função da moralização da coisa pública.

Muito obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Não concordo com a SANEPAR de cobrar o lixo na conta da água. O próprio Código do Consumidor está deixando isso claro. E o Ministério Público, nesse ajuste de conduta, deveria pegar e cancelar esses convênios que estão sendo feitos, que não estavam feitos de acordo.

Conversando com as pessoas de Campo Mourão e de outros Municípios da região, elas não concordam com isso. Conta de água é conta de água. Aí, quando vejo o Deputado Romanelli trazendo a opinião do Governador que a SANEPAR não deve fazer isso, reconheço que devo concordar com o Governador Roberto Requião. A SANEPAR deveria cuidar da água e do esgoto e, se possível, baixasse o preço do esgoto.

Muito obrigado.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Tenho acompanhado esse assunto e sei que as Prefeituras usam a SANEPAR para poder arrecadar algo que não vão conseguir arrecadar individualmente. Esse é o grande problema. É bom para o Município, mas a forma como foram feitos esses ajustes, a desinformação do consumidor foi o grande problema. Em função da repercussão que está havendo, tem que ser feito um reajuste.

Acho que esse ajuste de conduta foi muito mal redigido, vai acabar prejudicando a SANEPAR. Em função disso, não deve mais ser cobrada a taxa de lixo na conta da SANEPAR.

Muito obrigado.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Quero parabenizar por este momento que estamos vivendo nesta Casa e me solidarizar ao pronunciamento do Deputado Reni Pereira.

Muito obrigada.

A SRA. BETI PAVIN (PMDB)

Gostaria também de parabenizar a Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa, porque vivendo na Cidade de Colombo, e exatamente neste mês as contas de água, naquela Cidade, acabaram vindo com a cobrança da coleta de lixo, tivemos inúmeras reclamações e pessoas nos cobrando porquê o Governador Roberto Requião estava fazendo isso.

Quer dizer, tem que se explicar. É uma ação da Prefeitura, um convênio assinado, e a iniciativa é do Prefeito. E dizer aos senhores que fomos Prefeita daquela Cidade por dois mandatos consecutivos, e a coleta de lixo nós cobrávamos também junto com o IPTU. Havia inadimplência? Havia, mas os serviços sempre foram prestados da melhor maneira possível. Tanto é que tínhamos, na época, a aprovação de 90% com relação à coleta de lixo. Os tempos mudaram? Mudaram. O Prefeito Gabão está aí. Sei das dificuldades que se tem, hoje, para fazer essa gestão, mas tenho certeza que é possível se fazer essa cobrança, desde que o cidadão, o consumidor, concorde e assine. Por isso, fico muito feliz pela decisão deste TAC.

Como disse o Deputado Romanelli, por que não, já que tem a dúvida da legalidade, nós não eliminarmos enfim essa lei tão discutida, hoje, na Assembleia? E ela está sendo levantada muito fortemente, agora, nos últimos dias, porque agora que ele está sendo implantada nos

maiores Municípios do Estado do Paraná, como é o caso de Colombo, de Foz do Iguaçu. Então, antes, não havia muita reclamação. Enfim, era isso, Deputado Stica, senhoras e senhores.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Stica, queria que V. Exa, encerrasse e pudéssemos prosseguir com a Sessão.

O SR. NATÁLIO STICA

Muito rapidamente, Sr. Presidente, o Deputado Strapasson, quando pergunta da taxa, na verdade, é uma prerrogativa dos Prefeitos. O Prefeito é quem determina o valor que ele vai cobrar, se é para coleta, se é para coleta e destinação, se ele não vai cobrar nada. Ele é quem faz. Ele é quem tem essa prerrogativa de decidir o que vai ser cobrado. Quando faz o contrato com a SANEPAR, a Câmara autoriza inclusive os valores que serão cobrados.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, acabei esquecendo de dizer que eu oficialmente não sei da posição do Governador. Estou sabendo, agora, pelo Deputado Romanelli, mas eu oficialmente não sei de posição do Governador, que é contra a cobrança da taxa. Estou sabendo, agora, pelo Deputado Romanelli.

Sou Diretor da SANEPAR, é minha incumbência, é minha diretoria que trabalha com essa área, e estou cumprindo com o meu papel, com a minha obrigação de Diretor, prestando esse serviço que já vem sendo prestado, há muito tempo. Se o Governador Requião tomar essa decisão, tenho certeza que o Presidente da empresa será chamado e será dada essa determinação. E o Presidente, com certeza, vai determinar que a minha diretoria pare essa cobrança. Então, farei uma carta aos 59 Municípios, dizendo que estamos deixando de cobrar por conta de uma decisão. Estou Diretor e não tive nenhuma conversa com o Governador. Aliás, já provoqueei, mas vou provocar uma conversa, agora, para saber qual é a posição oficial para eu, como Líder, que é minha responsabilidade, fazer e exercer esse papel.

Gostaria, Srs. Deputados, que esta Casa tomasse uma posição, e que a posição, no momento em que tem um termo de ajuste de conduta, que, com todo respeito, Deputado Stephanes Júnior, não é uma lambança, foi feito pelos procuradores que estão no Ministério Público, nós trabalhamos juntos e aqui tem toda condição de fazer um ajuste de que não estava sendo considerada a situação, principalmente de dar condição para que os cidadãos saibam o que está sendo cobrado. Agora, vai ser. Então, espero que esta Casa tome essa decisão e tenha, se quiserem referendar, tem um substitutivo que vem transformar em lei o que é esse termo de ajuste.

Parabenizo à comissão desta Casa, que tomou a iniciativa. Com certeza, nos ajudou e vai esclarecer de uma vez por todas. Tenho certeza que as palavras do Gabão, como Vice-Presidente da Associação dos Municípios, são as mesmas do Moacyr Elias Fadel, que é o Presidente da AMP, que são as mesmas dos 59 Prefeitos e de outros que estão nos procurando.

Deputado Douglas Fabrício, o senhor representa uma região que tem problemas com o lixo. Sei que o senhor representa Terra Boa. Acabamos de fechar, aprovado pela Câmara de Terra Boa e pela Câmara de Cianorte, o lixo de Terra Boa vai para Cianorte, para ser depositado no aterro de Cianorte, porque lá em Terra Boa é um lixão que está a céu aberto. Vamos resolver o problema com Cianorte.

Campo Mourão está nos chamando para conversar para ver qual é a melhor solução para o seu aterro, porque está se transformando também em lixão.

Então, quero dizer que a SANEPAR não tem que cuidar só de água e esgoto, até porque a Lei nº 11445, de 05 de janeiro de 2007, determina que saneamento básico é água, esgoto, águas pluviais e resíduos sólidos.

Srs. Deputados e Sr. Presidente Nelson Justus, muito grato à SANEPAR, como empresa pública, com a responsabilidade que tem com o povo do Paraná, sob a orientação do Governador Requião. Neste momento agradeço a oportunidade que o senhor nos dá de vir aqui esclarecer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Assembleia Legislativa agradece ao Vice-Presidente e competente Prefeito Gabão, ao Diretor Comercial da SANEPAR, Natálio Stica, por este momento tão especial para a Casa. Quero cumprimentar todos os Deputados que aqui estão presentes até esta hora, discutindo um tema extremamente importante, muito importante. E eu conclamo a V. Exas. que analisem bem a questão antes de tomarem qualquer posição política ou partidária, mais simpática esse ou àquele lado. Esse tema é muito importante e deve ser discutido. E quero deixar bem claro, já disse outras vezes, essa discussão só vira lei depois de esgotados todos os trâmites legais e possíveis para que possamos, aqui, votar da maneira correta. No “abafa” ele não vai ser votado. Então, vamos discutir exatamente, até porque para o meu gosto, com esse termo de ajuste, está regulamentada a coisa como ela deve ser. Agora, vamos discutir, o Líder do Governo fala com o Governador.

Tenho que cumprimentar aqui a Comissão de Defesa do Consumidor. Quero ouvir a Comissão de Meio Ambiente, quero ouvir as Comissões Permanentes, para isso é que estamos aqui, acho que esse é o trabalho. É muito melhor ficarmos discutindo temas como esse do que algumas coisas que, muitas vezes, temos ouvido aqui neste plenário.

Então, cumprimento os Deputados, agradeço por terem estado aqui até esta hora. Não tenho dúvida que esta Sessão enriquece ainda mais esta Casa. A Sessão não terminou ainda.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Presidente, só para dizer que não nos manifestamos, não nos increvemos, porque vamos analisar junto com a assessoria todas as notas taquigráficas, tanto do nosso amigo e ex-Deputado, Diretor da SANEPAR, Stica, que fez

suas considerações e suas colocações, como dos outros Deputados que também fizeram os questionamentos, mas principalmente o Deputado Reni Pereira, que, diga-se de passagem, tem que ser enaltecido porque foi ele que levantou a questão aqui na Casa, como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor.

Hoje, a Oposição não teve serviço nenhum aqui na Casa, realmente foi um verdadeiro “fogo amigo”. Quer dizer, na verdade, os próprios Deputados da Oposição fizeram o trabalho da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Discussão / Votação

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/09, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores Santo Antonio do Passo Grande II do Município de Cândói-PR, com sede em Cândói e foro em Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 034/09, de 14/04/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 160/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Felipe Lucas, declara de utilidade pública estadual a Associação dos Agricultores Santo Antonio do Passo Grande II do Município de Cândói-PR, com sede em Cândói e foro na Comarca de Guarapuava, no Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

No entanto, tendo em vista que a sede que se consta no artigo 1 do Estatuto Social da Associação dos Agricultores Santos Antonio do Passo Grande II é o Município de Cândói e o foro a Comarca de Guarapuava, no Estado do Paraná, sugere-se a emenda modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 28/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 160/09

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Agricultores Santo Antônio do Passo Grande II, com sede no Município de Cândói e foro na Comarca de Guarapuava, no Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 28/04/09.

(aa) DURVAL AMARAL- Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 158/09, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública o Instituto de Saúde São Lucas de Pato Branco, com sede e foro no Município de Pato Branco. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 151/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública a Associação dos Amigos da Biblioteca Pública do Paraná com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **EMENDA DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 077/09, de autoria dos Deputados Elio Rusch e Plauto Miró, que concede título de Cidadão Honorário ao Sr. Jérôme Stoll. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 150/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Federação Paranaense de Peteca, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 225/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública o Instituto Matheus Emmanuel de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1007, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, com apoio dos Deputados Péricles de Mello, Dobrandino da Silva, Pastor Edson Praczyk, Cleiton Kielse e da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1132, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente da Sessão anterior. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1959, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2013, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor**.

Requerimentos nºs 2028 a 2035, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2037, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2038, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2043 a 2050, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2061, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado**. À Comissão Executiva.

Requerimento nº 2073, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2085, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1994, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Em discussão.

Para encaminhar, a pedido do Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, tenho o Deputado Marcelo Rangel em alta conta, porque ele é uma pessoa inteligente. Ele agora deu por poder o registro, nos Anais da Casa, de uma matéria de um site da internet, que não consigo identificar. Está escrito aqui Diário dos Campos, mas no site não tem essa matéria. Chamar a atenção, porque o Diário dos Campos faz aquilo que é chamado de matéria, de notícia, em uma manchete. Quando vai se ler a íntegra da matéria, vamos verificar um detalhe, em uma única frase: "Sempre quando são procurados pela reportagem do jornal, para falar sobre as dificuldades enfrentadas pelo IML de Ponta Grossa, representantes do Governo têm um discurso pronto na ponta da língua." "Estamos trabalhando muito para atendermos as reivindicações." Enfatizo. No meio da semana, o Diário dos Campos entrevistou, por telefone, o Capitão Ubirajara Biranha, responsável pelos IMLs do interior do Paraná. Sobre o valor da verba de R\$ 1 mil, ele diz que esse dinheiro é para necessidades urgentes, para a compra de uma agulha ou um bisturi, segundo assegurou. Tudo o que o IML precisa, temos aqui. Todo o material para que a seção funcione sai daqui, Curitiba. Esse dinheiro é para emergências.

Estou chamando a atenção nisso, porque, Deputado Marcelo Rangel, o senhor é uma pessoa inteligente. Para que fazer constar nos Anais uma matéria completamente ridícula? Desculpe-me! Não é possível uma bobagem como essa aqui!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vou encarecer ao Deputado Marcelo Rangel que retire, porque não vejo o que vai engrandecer os Anais da Casa esta matéria.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, para encaminhar? (Assentimento)

O que acontece é o seguinte: estamos há muito tempo questionando o Governo do Estado sobre as verbas que estão destinadas ao IML de Ponta Grossa. Fizemos cobranças em todos os sentidos. Estamos sendo cobrados por todos os cidadãos ponta-grossenses, mas não somente

por Ponta Grossa. O IML dessa Cidade atende 32 Municípios. Nesta matéria que estou pedindo para constar nos Anais da Assembleia Legislativa, tem algo que o Deputado Romanelli não quis citar. Falando sobre a viatura do IML, que na verdade é um remendo de duas viaturas, está em situação precária, recebendo dois salários-mínimos para realizar serviços no IML de Ponta Grossa. Estou apenas deixando registrada a opinião de um jornalista, de uma empresa de comunicação, de um jornal de respeito dos Campos Gerais, que é o Jornal Diário dos Campos, e particularmente tenho mesma opinião desse jornalista.

Por isso gostaria de deixar registrado nos Anais desta Casa as nossas reivindicações, para que o Governo do Estado tenha mais atenção para com os cidadãos da região dos Campos Gerais.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Vou ser obrigado a encaminhar pela rejeição do requerimento, porque a atual Diretora do IML, a Dra. Maria Valéria Lisboa Lima, inclusive explica a questão da viatura. Inclusive, na íntegra, era uma matéria bem explicativa. Quero encaminhar pela rejeição do requerimento e inserção nos Anais da Casa sobre essa matéria, que sinceramente, matéria com manchete do jornal Diário dos Campos de Ponta Grossa, essa manchete mentirosa.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente. Só vou fazer um questionamento à Mesa, porque na verdade o Deputado Romanelli fez um segundo encaminhamento.

Só quero dizer que o Deputado Romanelli atesta que a matéria é interessante.

Gostaria de pedir, por favor, encaminhamento favorável ao requerimento, para que conste nos Anais a matéria do Diário dos Campos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vamos usar o painel, se não tiver os 28.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente, para o bom término da Sessão - é evidente a falta de quórum. Eu não estive presente no começo da Sessão e estou presente agora. Aqueles que não estiveram, agora estão - sugeriria que deixássemos para amanhã a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Essa matéria já está com sua discussão adiada. Já foi encaminhada.

Vamos votar.

(Conversas paralelas)

Não posso negar prerrogativa do Parlamentar.

Os Deputados que forem favoráveis ao requerimento, votam com a expressão SIM; os Deputados que forem contrários votam com a expressão NÃO.

Votando.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Questão de ordem)

Sr. Presidente, desculpe, sei que V. Exa. conhece muito o regimento, mas discordo do encaminhamento. Acho que verificação de votação é uma coisa, votação é outra.

Quando o senhor pede para os Deputados votarem, sem ter quórum, vai aparecer a votação individual...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Se não tiver o número de...

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Mas se não tem quórum, nem essa votação pode aparecer.

Na minha opinião o senhor tem que fazer antes a chamada, para ver se existe quórum, e depois a votação...

(Discussões paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Péricles, o painel está claro. Para mim, aqui temos 48 Deputados em plenário. Se não aparecerem os 48 votos, aí sim não há quórum para prosseguimento da Sessão.

Mas tenho 48 Srs. Deputados. Vamos votar. Para isto foi instalado o painel. Se eu tiver que contar toda hora aqui...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Os Deputados que forem favoráveis votam com a expressão SIM. Aqueles que forem contrários votam com a expressão NÃO.

Votando.

Vai se proceder a apuração.

Vinte Srs. Deputados.

Não há quórum para prosseguimento da Sessão.

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 6, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 225/08, 034, 077 e 158/09;

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 151/09.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 170, 186 e 193/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Indicações Legislativas

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1126

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de I (um) Centro de Educação Infantil no Município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de I (um) Centro de Educação Infantil no Município de Sarandi.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Sarandi, que há muito reivindica, um Centro de Educação Infantil ser construído em local a ser definido, no Jardim Independência e assim beneficiar às mães que trabalham fora e não dispõem de um local adequado para deixarem seus filhos durante este período.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/12/08.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1127

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a aquisição de I (um) aparelho de endoscopia digestiva alta para o Hospital Universitário de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a aquisição de I (um) aparelho de endoscopia digestiva alta para o Hospital Universitário de Maringá.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Maringá, que há muito reivindica um aparelho de endoscopia digestiva alta para o Hospital Universitário de Maringá.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/12/08.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1128

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a instalação de um Centro de Dor Adbominal no Hospital Universitário de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a instalação de um Centro de Dor Abdominal no Hospital Universitário de Maringá.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Maringá, que há muito reivindica um Centro de Dor Abdominal no Hospital Universitário de Maringá.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/12/08.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1129

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a instalação de um Centro Transplante Hepático e Ambulatório de Fígado no Hospital Universitário de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a instalação de um Centro Transplante Hepático e Ambulatório de Fígado no Hospital Universitário de Maringá.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Maringá, que há muito reivindica um Centro Transplante Hepático e Ambulatório de Fígado no Hospital Universitário de Maringá.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/12/08.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1130

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Palmital, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Palmital.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no Município de Palmital e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/12/08.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1131

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Boa Ventura do São Roque, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Boa Ventura do São Roque.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no Município de Boa Ventura do São Roque e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/12/08.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1132

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Coronel Vivida, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Coronel Vivida.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no Município de Coronel Vivida e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/12/08.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1133

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Itaperuçu, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Itaperuçu.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no Município de Itaperuçu e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/12/08.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1134

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Coronel Domingos Soares, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Coronel Domingos Soares.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no Município de Coronel Domingos Soares e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/12/08.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1135

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Adrianópolis, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Adrianópolis.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no Município de Adrianópolis e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/12/08.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1136

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Cerro Azul, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Cerro Azul.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no Município de Cerro Azul e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/12/08.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1137

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Mariópolis, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Mariópolis.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no Município de Mariópolis e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/12/08.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1138

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Manguaerinha, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Manguaerinha.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no Município de Manguaerinha e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/12/08.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1139

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Mato Rico, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Mato Rico.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no Município de Mato Rico e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/12/08.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1140

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Laranjal, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Laranjal.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no Município de Laranjal e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/12/08.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1141

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Braganey, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Braganey.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no Município de Braganey e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/12/08.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1142

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Salgado Filho, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Salgado Filho.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no Município de Salgado Filho e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/12/08.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1143

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Salto do Lontra, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Salto do Lontra.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no Município de Salto do Lontra e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/12/08.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1144

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Manfrinópolis, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Manfrinópolis.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no Município de Manfrinópolis e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/12/08.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1145

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Bom Sucesso do Sul, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Bom Sucesso do Sul.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades no Município de Bom Sucesso do Sul e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/12/08.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

Publicações Administrativas:

Minutas de Contrato

Modalidade: Convite nº 016/09 - Protocolo nº 9015/08

Objeto: Fornecimento de sucos para esta Assembleia Legislativa.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Contratada: Máster Auction Comércio de Alimentos Ltda.

Valor: Suco sabores diversos - R\$ 4,25
Suco sabor pêssego light - R\$ 4,45

Vigência: 01/01/09 à 31/12/09

Dotação: 3390.3000

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

Modalidade: Convite nº 019/09 - Protocolo nº 877/09

Objeto: Divulgar materiais de interesse desta Assembleia Legislativa.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Contratada: Engepublic Ltda.

Valor: R\$ 73.000,00 anuais.

Vigência: 01/04/09 à 31/12/09

Dotação: 3390.3900

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

Modalidade: Convite nº 020/09 - Protocolo nº 2992/09

Objeto: Divulgar materiais de interesse desta Assembleia Legislativa.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Contratada: Cezarine Publicidade S/C Ltda.

Valor: R\$ 52.000,00 anuais.

Vigência: 30/04/09 à 31/12/09

Dotação: 3390.3900

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

Modalidade: Convite nº 021/09 - Protocolo nº 556/09

Objeto: Divulgar materiais de interesse desta Assembleia Legislativa.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Contratada: Rádio e Televisão Gazeta do Paraná Ltda.

Valor: R\$ 75.900,00 anuais.

Vigência: 29/04/09 à 31/12/09

Dotação: 3390.3900

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

Modalidade: Convite nº 023/09 - Protocolo nº 481/09
Objeto: Divulgar materiais de interesse desta Assembleia Legislativa.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Contratada: Publicita Agência de Publicidade e Editora Ltda.

Valor: R\$ 73.850,00 anuais.

Vigência: 29/04/09 à 31/12/09

Dotação: 3390.3900

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

Aditivo de Contrato

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, localizada à Praça

Nossa Senhora da Salette s/nº, inscrita no CNPJ sob o nº 77.799.542/0001-09, neste ato representada por seu Diretor Geral, senhor Abib Miguel;

Contratada: Centro de Educação Infantil Hora de Aprender Ltda., pessoa jurídica de direito privado situado à Rua Manoel dos Santos Barreto nº 181 em Curitiba, Paraná, inscrita no CGC/MF sob o nº 04.097.326/0001-30, neste ato representada por sua diretora Eliane Beckhauser;

Objeto: A contratada, pelo presente instrumento, compromete-se a direcionar o serviço da escola/creche deste Poder;

Prazo: Termo inicial: 1º de maio de 2009.

Termo final: 31 de julho de 2009.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Procuradoria Geral, 5 de maio de 2009.

(aa) ABIB MIGUEL - Contratante

ELIANE BECKHAUSER - Contratada

Pregão Eletrônico

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº001/09

Protocolo: 2243/2009

Objeto: Aquisição de materiais diversos conforme abaixo

LOTE	EMPRESA VENCEDORA	ESPECIFICAÇÕES	VALOR
1	Luis Fernando Neris Distribuidora de Materiais de Informática e Limpeza	500 Unidades de arquivo AZ lombo largo;	R\$ 1.840,00
2	WWS Informática - Focus Informática	Unidades de cartucho para impressora HP, código C9351AL (21) preto (5 ml), original da marca da impressora; Unidades de cartucho para impressora HP, código C9385AL (88) preto (9 ml), original da marca da impressora; Unidades de cartucho para impressora HP, código C9388AL (88) amarelo (9 ml), original da marca da impressora; Unidades de cartucho para impressora HP, código C9387AL (88) magenta (9 ml), original da marca da impressora; Unidades de cartucho para impressora HP, código C9386AL (88) azul (9 ml), original da marca da impressora.	R\$ 11.500,00
3	Gráfica e Editora Sheila Ltda.	50.000 Unidades de envelopes medindo 160x113mm, sem impressão, em sulfite 75g, cor branca; 50.000 Unidades de envelope de mensagem grande, medindo 41x31cm, fechado, cor branca em couche fosco 150g, corte vinco com impressão, medindo 650x470mm aberto; 50.000 Unidades de envelope visita grande, medindo 190x100mm fechado, com impressão em sulfite 75g, cor branca; 50.000 Unidades de envelope sem timbre medindo 248x187mm, sem impressão, em sulfite 75g, cor ouro.	R\$ 50.500,00

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO